

O desenvolvimento da atividade contabilística na empresa Cingel Atlântico – Informação e Gestão, Lda.

Relatório de Estágio

Lénia Borges Meneses

Mestrado em

Ciências Económicas e Empresariais



O desenvolvimento da atividade contabilística na empresa Cingel Atlântico – Informação e Gestão, Lda.

Relatório de Estágio

Lénia Borges Meneses

Orientador

Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira

Relatório de estágio submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade.



RESUMO

O presente relatório resulta do estágio realizado na Cingel Atlântico – Informação e Gestão, Lda., na Praia da Vitória, com uma duração total de um ano, iniciado a 4 de setembro de 2023. Esta instituição tem como principal atividade a prestação de serviços na área da contabilidade e apoio à gestão. Este trabalho tem como objetivo a obtenção do grau de mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade pela Universidade dos Açores.

Ao longo deste relatório é feito um enquadramento teórico sobre a contabilidade, seguindo-se a apresentação da empresa, a exposição das tarefas realizadas no estágio e a avaliação crítica da experiência de estágio.

Do enquadramento teórico entende-se que com o passar dos anos a contabilidade tem evoluído significativamente, deixando de ter apenas a função de registo dos factos patrimoniais para ser uma importante e essencial ferramenta de gestão e tomada de decisão nas empresas.

Da caracterização da empresa observa-se que a Cingel conta com vários anos de experiência na área da contabilidade, tendo como principal objetivo prestar um serviço de excelência que corresponda às necessidades dos seus clientes.

As principais atividades desenvolvidas neste estágio passam pela receção, preparação, organização e arquivo dos documentos contabilísticos, seguindo-se a sua classificação e lançamento, procedimentos de controlo interno e o cumprimento de obrigações legais e fiscais.

Por último, da análise crítica ao estágio percebe-se que ainda existem oportunidades de mercado a explorar pela Cingel, tendo sempre a vantagem de ser uma empresa sólida com vários anos no mercado que pode fazer uso da sua experiência e colaboradores qualificados para assegurar a continuidade e estabilidade do negócio. Também se destaca nesta análise crítica que a formação académica obtida em gestão e ciências económicas e empresariais foi essencial à execução das tarefas desenvolvidas neste estágio.

Palavras-chave: Estágio, Contabilidade, Cingel Atlântico – Informação e Gestão, Lda.

ABSTRACT

This report results from the internship carried out at Cingel Atlântico – Informação e Gestão, Lda., in Praia da Vitória, with a total duration of one year, starting on September 4, 2023. This institution's main activity is providing services in the area of accounting and management support. This work aims to obtain the degree of Master in Economic and Business Sciences, with a specialization in Finance and Accounting from the University of the Azores.

Throughout this report, a theoretical framework on accounting is made, followed by the presentation of the company, the exposition of the tasks performed in the internship and the critical evaluation of the internship experience.

From the theoretical framework it is understood that over the years accounting has evolved significantly, no longer having only the function of recording the patrimonial facts to be an important and essential management and decision-making tool in companies.

From the characterization of the company it is observed that Cingel has several years of experience in the accounting area, with the main objective of providing an excellent service that corresponds to the needs of its clients.

The main activities developed at this stage are the receipt, preparation, organization and filing of accounting documents, followed by their classification and launching, internal control procedures and compliance with legal and tax obligations.

Finally, from the critical analysis of the internship, it is clear that there are still market opportunities to be explored by Cingel, always having the advantage of being a solid company with several years in the market that can make use of its experience and qualified employees to ensure the continuity and stability of the business. It is also highlighted in this critical analysis that the academic background obtained in management and economic and business sciences was essential to the execution of the tasks developed in this internship.

Keywords: Internship, Accounting, Cingel Atlântico – Informação e Gestão, Lda.

AGRADECIMENTOS

Este relatório de estágio simboliza o fim de uma importante etapa na minha vida académica e pessoal que só foi possível com o apoio e colaboração de algumas pessoas especiais. Sem eles não conseguiria realizar este meu sonho.

Ao Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira, orientador deste relatório de estágio, pela sua disponibilidade e acompanhamento durante a realização deste relatório;

À minha família e amigos, em especial aos meus pais, irmã, cunhado e avós por cada chamada de apoio, carinho e amor, mesmo estando à distância;

Ao Grupo Cingel, na pessoa do Dr. António Maria pela oportunidade de aprender e crescer nesta grande empresa e por aprovar a realização deste relatório;

Às minhas colegas de trabalho, em especial às minhas supervisoras, pela colaboração, troca de conhecimentos e ambiente de trabalho positivo.

Aos meus colegas de mestrado, por toda a amizade e carinho com que sempre me trataram. Fizeram-me sentir em casa e parte da vossa ilha.

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS	iii
ÍNDICE.....	iv
LISTA DE FIGURAS	v
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vi
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE A CONTABILIDADE	3
2.1. Origem, conceito e funções da contabilidade.....	3
2.2 Os diversos campos da contabilidade.....	5
2.3 A normalização contabilística em Portugal.....	8
2.4 Estrutura conceptual	10
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA CINGEL ATLÂNTICO – INFORMAÇÃO E GESTÃO, LDA.....	15
3.1 Apresentação e história do Grupo Cingel.....	15
3.2 Missão, Visão e Valores da Entidade	17
3.3 Ações estratégicas do Grupo Cingel.....	18
3.4 Estrutura Formal do Grupo Cingel	20
3.5 Descrição sumária da Cingel Atlântico	24
CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO.....	26
4.1 Receção dos documentos.....	26
4.2 Preparação, organização e arquivo dos documentos	27
4.3 Classificação e lançamento contabilístico	28
4.3.1 Lançamento dos diversos diários contabilísticos.....	30
4.5 Procedimentos de controlo interno	32
4.5.1 Conferência e reconciliação bancária	33
4.5.2 Conferência do E-Fatura.....	34
4.5.3 Conferência de balancetes	35
4.6 Obrigações Fiscais.....	37
4.6.1 Envio do ficheiro SAFT	37
4.6.2 Preenchimento da declaração periódica de IVA	38
4.6.3 Declarações anuais	40
CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO	43
5.1 Análise crítica à entidade.....	43
5.2 Análise crítica às atividades desenvolvidas.....	47
5.2.1 Análise crítica à receção dos documentos	47
5.2.2 Análise crítica à preparação, organização e arquivo dos documentos	48
5.2.3 Análise crítica à classificação e lançamento contabilístico	49
5.2.4 Análise crítica aos procedimentos de controlo interno.....	49
5.2.5 Análise crítica às obrigações fiscais	51
5.3. Aplicação de conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e mestrado	51
CAPÍTULO VI - CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A obrigatoriedade legal de aplicação do SNC e das IFRS.....	9
Figura 2. Empresas do Grupo Cingel	16
Figura 3. Organograma do Grupo Cingel.....	21
Figura 4. Logótipo da Cingel Atlântico – Informação e Gestão, Lda.	24
Figura 5. Operações inerentes ao processo Contabilístico	26
Figura 6. Análise SWOT à Cingel Atlântico - Informação e Gestão, Lda.	44

LISTA DE ABREVIATURAS

CAE – Classificação Portuguesa de Atividades Económicas
CIVA - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
IFRS - International Financial Reporting Standards
IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado
NCRF - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
NCRF-PE - Norma contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades
POC - Plano Oficial de Contabilidade
SAFT - Standard Audit File for Tax Purposes
SNC - Sistema de Normalização Contabilística
SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats
TPA - Terminal de Pagamento Automático

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado no âmbito do segundo ano do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade na Universidade dos Açores. Este relatório tem como objeto o estágio realizado na Cingel Atlântico – Informação e Gestão, Lda., empresa privada com atuação no campo da contabilidade. O mesmo foi orientado pelo Prof. Doutor João Teixeira e integrado no Programa Estagiar L.

Este primeiro contacto com o mundo do trabalho foi uma oportunidade de pôr em prática todas as competências adquiridas ao longo da Licenciatura em Gestão e neste mestrado, em particular, no que respeita à apreciação e aplicação do normativo contabilístico nacional. Este relatório tem como finalidade descrever as atividades realizadas ao longo do estágio, em resultado do desenvolvimento destas competências e amadurecimento profissional.

O relatório compreende seis capítulos, sendo o primeiro dedicado à introdução. No segundo capítulo é feito um enquadramento teórico sobre a contabilidade, abordando a origem, o conceito e as funções da contabilidade, os diferentes campos da contabilidade, a normalização contabilística em Portugal e a Estrutura conceptual que orienta a prática contabilística.

Segue-se o terceiro capítulo que se destina a apresentar a Cingel Atlântico – Informação e Gestão, Lda. como membro do Grupo Cingel, partilhando a sua história, missão, visão, valores e estratégia competitiva, comuns a todo o grupo empresarial. Além disso, também é abordada toda a estrutura formal do grupo e feita uma descrição da Cingel Atlântico em particular.

Já no capítulo IV, expõem-se todas as atividades desenvolvidas durante o período de estágio, divididas entre seis grupos. Estas vão desde a receção até ao lançamento dos documentos, passando por etapas intermédias como a preparação, organização, classificação e arquivo dos mesmos. Também neste capítulo se relatam algumas práticas de controlo interno e o cumprimento de obrigações legais e fiscais.

Não menos importante, o quinto capítulo é encarregue da análise crítica ao estágio, isto é, da sua apreciação geral no que toca à estrutura da organização, à experiência profissional e eventuais dificuldades enfrentadas. Por outro lado, também se evidencia a relação entre os conhecimentos adquiridos na licenciatura e mestrado e as atividades desenvolvidas no estágio.

Por último, o sexto capítulo que conclui este relatório espelha de que forma a participação neste estágio contribuiu, não só para crescimento pessoal, como também para o desenvolvimento de novas competências e experiência profissional.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE A CONTABILIDADE

O presente capítulo tem como objetivo analisar qual a origem, o conceito e as funções da contabilidade e quais as suas divisões. Pretende-se igualmente desenvolver o enquadramento do sistema de normalização contabilística português e salientar quais os instrumentos que o compõem.

2.1. Origem, conceito e funções da contabilidade

A origem da contabilidade está ligada à necessidade humana de acompanhar e controlar a evolução do seu património ao longo do tempo. Por este motivo, a contabilidade é uma parte essencial da evolução, progresso da humanidade e vida em sociedade.

De acordo com Edwards (2014), a contabilidade está presente desde os primórdios da civilização, uma vez que cerca de 4000 anos antes de Cristo começam a aparecer os primeiros indícios da sua existência. No entanto, é possível que, mesmo antes disso, os humanos primitivos já praticassem uma forma rudimentar de contabilidade ao inventariar os seus pertences, tais como objetos de caça, peixe, rebanhos ou reservas de bebida.

Com o evoluir da civilização surgiram as trocas comerciais e, com isso, a necessidade de registar as operações comerciais. À vista disso, a contabilidade surge da necessidade de registo de grandes quantidades de informação, de difícil memorização, procedentes das transações comerciais, para que a todo o momento o Homem conseguisse perceber a extensão do seu património e como este lhe podia gerar maior riqueza. Assim, a origem da contabilidade é explicada pela necessidade de um sistema de arquivo de informação sobre as variações patrimoniais que servisse também de prova em eventuais litígios (Monteiro, 2013).

Apesar de há milhares de anos já existirem evidências de utilização das primeiras técnicas de registo contabilístico, foi apenas na idade média que a contabilidade foi alvo de uma grande transformação. Corria o ano de 1494, quando foi publicado o livro "Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità" por Luca Pacioli que veio a reconhecer a prática mais organizada de registo contabilístico da contabilidade moderna. Nesta publicação, o monge deu a conhecer ao mundo as regras, procedimentos, meios e formas de registo das contas e a escrituração pelo método de Veneza. Esta obra incluía também o tratado de "Computis et Scripturis" que deu a conhecer ao mundo o método de escrituração por partidas dobradas, ainda que de forma não imediata

(Fernandes *et al.*, 2022). Este foi um marco significativo no desenvolvimento da contabilidade moderna.

Com efeito, as técnicas de registo inicialmente empregues, que eram bastante básicas, tornaram-se mais comuns e sofisticadas ao longo do tempo, resultando no que conhecemos atualmente como método contabilístico (Borges *et al.*, 1987).

Tal como sugerido por Monteiro (2013), o conceito de contabilidade tem variado ao longo do tempo. Inicialmente, a contabilidade era vista apenas como a escrituração de determinados factos patrimoniais que tinham como objetivo garantir o cumprimento de obrigações fiscais e legais, passando posteriormente a ser considerada uma ciência de natureza económica. O Professor Gonçalves da Silva (1969) (como citado em Borges *et al.*, 1987) distingue a contabilidade segundo dois sentidos. A contabilidade *strictu sensu* refere-se à escrituração, isto é, ao ato de registar e representar as transformações patrimoniais de uma entidade económica na mesma unidade monetária, no decurso da sua atividade, para que se conheça a qualquer momento a sua composição e valor. Por outro lado, a definição de contabilidade *latu sensu* inclui o contributo da contabilidade para a tomada de decisões de gestão, considerando-a uma ciência que investiga, regista, analisa e controla os factos de gestão que se verificam numa entidade.

Deste modo, Cambim *et al.* (2015) interliga ambas as definições referindo que a contabilidade engloba um conjunto de procedimentos que visam reunir, processar e relatar informações financeiras sobre uma entidade, viabilizando a tomada de decisões económicas fundamentadas. Assim, a contabilidade serve como uma ferramenta para acompanhar o progresso da empresa e analisar a sua situação financeira.

De facto, “a contabilidade tem evoluído de forma a acompanhar as mudanças políticas, económicas e sociais que afetam a sociedade e, em consequência, modificam as suas necessidades informacionais” (Ott, 2012, p.18). Em resultado, a contabilidade apresenta-se como um sistema de informação que trata os factos contabilísticos de forma a prover os seus utilizadores de informação financeira na forma de demonstrações financeiras que lhes auxiliem na tomada de decisão (Monteiro, 2013). Segundo Santos (2013), a contabilidade insere-se no conjunto de sistemas abertos pois é influenciada por outras áreas das ciências humanas e exatas como é o caso da economia, administração, estatística e ciência política.

Assim, de modo geral, pode concluir-se que a contabilidade possui cinco principais funções: o registo de transações, a apresentação de informação financeira que contribua

para a tomada de decisão, o cumprimento de obrigações legais e o contributo à avaliação do desempenho e controlo interno (Borges *et al.*, 1987; Monteiro, 2013).

Em primeiro lugar, a contabilidade permite, não só registar as transações efetuadas entre uma entidade e os seus agentes económicos, como também verificar quais as consequências dessas transações na composição e valor do património. Ainda, a contabilidade garante que a empresa esteja em conformidade com a lei e regulamentos fiscais aplicáveis porque viabiliza a preparação e apresentação de declarações fiscais e legais e o cálculo e pagamento de impostos.

Por outro lado, outra função da contabilidade é gerar informação financeira que permita medir os recursos que a empresa possui, refletindo sobre os seus direitos e interesses e sobre a sua posição devedora ou credora perante terceiros. Esta informação financeira é comunicada aos seus utilizadores por meio do conjunto de demonstrações financeiras, isto é, pelo balanço patrimonial, demonstração de resultados, demonstração de fluxo de caixa e demonstração de alterações no capital próprio.

Não obstante, a contabilidade também desempenha funções preditivas na medida em que proporciona dados essenciais ao controlo orçamental, que têm como finalidade analisar eventos passados, examinar os resultados da empresa nas suas diversas atividades e estabelecer planos de ação para o futuro. Nesse sentido, a contabilidade é também vista como um meio de avaliar o desempenho da empresa ao longo do tempo porque as demonstrações financeiras resumem a situação financeira e desempenho económico da entidade, permitindo a comparação da sua performance entre períodos e a comparação com outras empresas. De acordo com Monteiro (2013), estas informações são valiosas para que a empresa tire lições do passado, auxiliando a formulação de uma estratégia empresarial que assegure o sucesso da organização a longo prazo. Deste modo, Borges *et al.* (1987) defendem que a contabilidade não se limita somente à recolha e interpretação de dados históricos das empresas, mas constitui uma técnica eficiente de gestão.

2.2 Os diversos campos da contabilidade

Borges *et al.* (1987) defende que a contabilidade pode ser segmentada em diversas categorias tendo em conta o seu objeto de estudo, os seus utilizadores e o período de revelação dos factos.

Deste modo, o autor distingue a contabilidade externa ou geral da contabilidade interna ou analítica atendendo ao seu campo de atuação e utilizadores.

A contabilidade externa, geral ou financeira procede ao registo e controlo das operações verificadas entre a empresa e terceiros, preparando um conjunto de demonstrações financeiras que proporcionem uma visão da situação económica e financeira global da empresa e das suas relações com o exterior (Borges *et al.*, 1987).

Segundo Caiado (2011), o seu objeto de estudo é o património das organizações, cujas alterações são espelhadas nas contas do balanço. Borges *et al.* (1987) acrescentam que a contabilidade financeira está presente em todas as empresas e pretende estudar as modificações do património refletidas no balanço e apurar o resultado global das empresas, tendo por base um conjunto de princípios contabilísticos geralmente aceites que todas as unidades económicas devem seguir no registo das suas operações. Consequentemente, a contabilidade geral está sujeita a normalização e é obrigatória por lei, constituindo uma base para a apresentação periódica das contas. Ainda, Ott (2012) defende que a contabilidade externa é sobretudo retrospectiva uma vez que trata dados históricos de eventos já ocorridos, com o objetivo de fornecer informação dirigida, em primeira instância, aos utilizadores externos.

Coelho (2019) considera que a contabilidade financeira e a contabilidade analítica são complementares porque embora a contabilidade financeira esteja limitada aos princípios contabilísticos geralmente aceites, a contabilidade de gestão consegue servir também as necessidades dos utilizadores internos por não estar sujeita a esse quadro normativo. De facto, o princípio orientador da contabilidade analítica é a realidade económica da empresa e as necessidades dos seus gestores e utilizadores internos. Por isso, a contabilidade interna não é obrigatória por lei e não possui uma frequência de utilização pré-definida, mas sim de acordo com a necessidade da gestão.

De acordo com Borges *et al.* (1987) a contabilidade interna, analítica ou de gestão tem como objetivo apurar resultados não globais que respeitem às operações realizadas internamente pela empresa. Assim, a contabilidade analítica funciona como uma importante técnica de gestão que se concentra na aplicação prática da contabilidade a situações concretas e determinadas unidades produtivas, tendo em conta as suas características individuais e distintas. Soares (2010) acrescenta que a contabilidade interna procura apurar os custos de produção por centro de custo, fase de produção ou produtos e o resultado por produtos ou departamentos, fornecendo informações específicas de grande interesse para os utilizadores internos. A contabilidade interna e de gestão permite o controlo direto e pormenorizado da atividade da empresa, contribuindo para a tomada de decisão estratégica em matéria orçamental e de análise de desempenho

(Ott, 2012). Deste modo, a contabilidade de gestão pretende transmitir informação segmentada que seja valiosa ao aumento da criação de valor das empresas, minimização de custos e eficiência e eficácia de utilização dos recursos disponíveis (Abrantes *et al.*, 2023).

Borges *et al.* (1987) consideram que a contabilidade pode distinguir-se entre contabilidade histórica e previsional, tendo em conta o período a que a relevação dos factos diz respeito.

No seu entender, a contabilidade histórica desempenha um papel crucial na gestão de uma organização, fornecendo uma visão retrospectiva das ações realizadas e dos resultados alcançados. Ao analisar o que foi feito no passado, é possível avaliar se os objetivos estabelecidos foram alcançados e identificar áreas que necessitam de melhorias.

Por outro lado, a contabilidade previsional ou orçamental permite analisar e interpretar as previsões de resultados, o que possibilita a elaboração de planos de atividade e a definição de regras para orientar a ação futura. Essa prática reflete a estrutura e a atividade desejada da empresa no futuro, contribuindo para uma gestão mais eficaz e assertiva. A contabilidade orçamental também envolve a projeção de receitas, despesas, investimentos e fluxo de caixa, isto é, orçamentos, com o objetivo de auxiliar na tomada de decisões estratégicas.

Monteiro (2013) salienta que a contabilidade pode também dividir-se segundo os organismos a quem se destina entre contabilidade privada, pública ou nacional.

A contabilidade privada refere-se à gestão financeira das famílias e organizações do setor privado. O seu principal objetivo é maximizar o lucro obtido e os benefícios para a entidade, através da melhoria das práticas de gestão (Monteiro, 2013; Santos & Saraiva, 2016).

Pelo contrário, a contabilidade pública está relacionada à gestão financeira de entidades governamentais, como órgãos públicos e autarquias. O seu foco está na transparência e prestação de contas para a sociedade, garantindo o uso adequado dos recursos públicos (Santos & Saraiva, 2016).

Por fim, a contabilidade nacional é responsável por mensurar e analisar a atividade económica de um país como um todo através do registo dos fluxos de bens ou serviços e das operações financeiras e de distribuição de recursos. Esta reúne dados estatísticos sobre a produção, rendimento nacional, despesas e investimentos, fornecendo informações importantes para a formulação de políticas económicas (Nogueira & Ribeiro, 2007).

Em resumo, cada ramo da contabilidade possui as suas particularidades e objetivos específicos, sendo fundamental para a gestão eficiente quer do setor público, quer do setor privado.

2.3 A normalização contabilística em Portugal

De acordo com Soares (2010), a crescente globalização económica e financeira resultou num maior fluxo de atividades económicas entre empresas e países, tornando essencial a implementação de normas contabilísticas internacionalmente aceites. Em Portugal, este processo é denominado por normalização contabilística e surge da necessidade de aproximar o normativo português às normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Para Franco e Pereira (1987), normalizar a contabilidade envolve estabelecer um conjunto de princípios e critérios que devem ser consistentemente seguidos pelas várias unidades económicas na execução da sua contabilidade em relação à linguagem utilizada, âmbito e movimentação das contas, às normas de valorização de elementos patrimoniais e de apuração dos resultados e à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

Este processo de padronização das práticas contabilísticas visa minimizar as disparidades nos procedimentos adotados por diferentes países e empresas, bem como os problemas decorrentes dessa diversidade, possibilitando não só, a transparência e confiabilidade das demonstrações financeiras, como também a comparação e análise da informação financeira entre empresas de forma mais clara e objetiva (Soares, 2010).

Atualmente, o normativo português em utilização é o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho. Este novo normativo substitui o antigo Plano Oficial de Contabilidade (POC) e adota as IFRS como referência para a elaboração das demonstrações financeiras. Segundo Soares (2010), o SNC pretende responder a diferentes exigências do relato financeiro, procedendo a uma revisão técnica do POC e alinhando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) com o normativo internacional em matéria de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das contas das empresas.

Com base em Neves (2012), o SNC é de aplicação obrigatória para todas as empresas, com exceção das empresas cotadas que devem aplicar diretamente as normas internacionais de contabilidade e as microempresas que possuem um normativo contabilístico simplificado. A Figura 1 expõe a obrigatoriedade legal de aplicação do

SNC e das IFRS de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009 alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2023 de 23 de agosto.

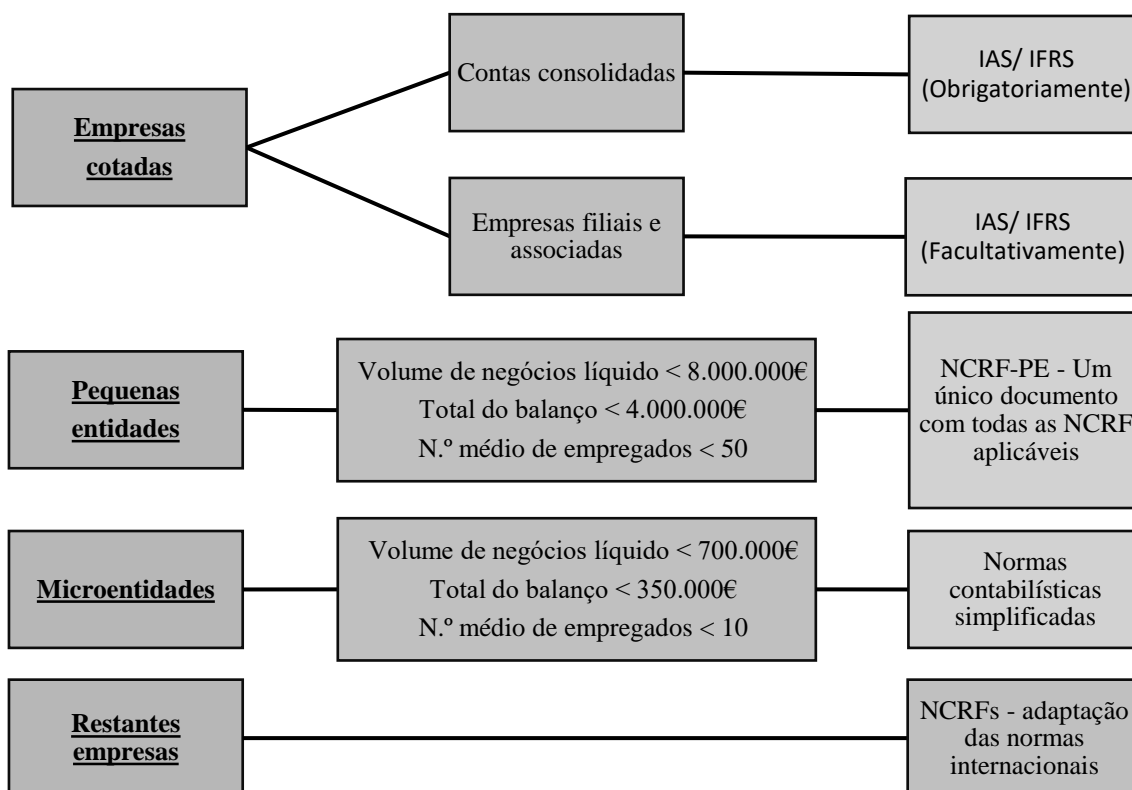
Figura 1. A obrigatoriedade legal de aplicação do SNC e das IFRS

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

IAS /IFRS - *International Accounting Standards/ International Financial Reporting Standards* (Normas internacionais de contabilidade)

NCRF -PE – Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades

NCRFs – Normas contabilísticas e de relato financeiro



Fonte: Adaptado de Neves (2012), com atualização dos limites de classificação das entidades.

O Sistema de normalização contabilística é constituído por seis instrumentos contabilísticos, nomeadamente a Estrutura conceptual, as Bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os Modelos de demonstrações financeiras, o Código de contas, as Normas Contabilísticas e de Relato financeiro e as Normas interpretativas (Comissão de Normalização Contabilística, 2024).

Em primeiro lugar, a Estrutura conceptual reúne um conjunto de conceitos e princípios que têm como objetivo auxiliar a correta aplicação das NCRF, ajudar a formar uma opinião sobre a adesão das NCRF às demonstrações financeiras e ajudar na interpretação das demonstrações financeiras (Gomes & Pires, 2010). Esta define qual o objetivo das demonstrações financeiras, quais as características qualitativas que marcam a utilidade da informação contabilística e quais os critérios de definição, reconhecimento

e mensuração dos elementos patrimoniais e procede ao esclarecimento dos conceitos de capital e manutenção de capital.

Por outro lado, as Bases para a apresentação de demonstrações financeiras estabelecem um conjunto de requisitos e princípios essenciais aos quais as demonstrações financeiras devem obedecer para que seja assegurada a comparabilidade entre períodos e entre empresas.

Os Modelos de demonstrações financeiras também constituem um instrumento do SNC que inclui um conjunto de modelos padronizados para as demonstrações financeiras e um modelo orientador para o anexo (Soares 2010).

Tal como aponta Soares (2010) o Código de contas apresenta-se como uma estrutura codificada e uniforme de contas que visa classificar as transações financeiras das entidades de forma organizada e padronizada. Este plano de contas é fundamental para a contabilidade porque facilita a identificação e o registo sistemático das operações contabilísticas.

As Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro são uma adaptação das IFRS, publicadas como avisos no Diário da República, que têm como propósito assegurar os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação dos itens das demonstrações financeiras, tendo em conta o tecido empresarial português. Existem no total 28 normas contabilísticas que incidem sobre várias temáticas, às quais acrescem outras 3 normas específicas para as pequenas entidades, microentidades e entidades do setor não lucrativo. Também as Normas Interpretativas são comunicadas no Diário da República e visam esclarecer e orientar sobre aspetos relativos ao conteúdo dos restantes instrumentos do SNC (Gomes & Pires, 2010).

Estes elementos compõem o SNC e são fundamentais para a correta aplicação das normas contabilísticas e elaboração de demonstrações financeiras transparentes e fiáveis.

2.4 Estrutura conceptual

A Estrutura conceptual do Sistema de Normalização Contabilística tem como objetivo estabelecer orientações gerais de preparação e apresentação das demonstrações financeiras para utilização dos seus utentes, nomeadamente investidores, empregados, mutuantes, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governo e público em geral (Gonçalves, 2009).

A Estrutura conceptual estabelece que o objetivo das demonstrações financeiras é proporcionar informação aos seus utentes para a tomada de decisões económicas. Deste modo, a posição financeira e desempenho financeiro estão patentes no balanço e demonstração de resultados, respetivamente (Cepêda *et al.*, 2023).

Este elemento do SNC indica que de forma a refletir fielmente a situação financeira e o desempenho financeiro de uma empresa, as demonstrações financeiras devem ser preparadas tendo em conta dois pressupostos: o pressuposto da continuidade e regime do acréscimo (Gonçalves, 2009). O pressuposto da continuidade caracteriza-se pela presunção de que a empresa irá operar continuamente com duração ilimitada, não existindo intenção de interromper a sua atividade ou entrar em processo de liquidação ou falência. Por outro lado, o regime do acréscimo implica o reconhecimento dos proveitos e custos quando ocorrem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

De acordo com o 24º parágrafo da Estrutura conceptual existem um conjunto de características que determinam a qualidade da informação financeira, entre elas a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade. Neves (2012), destaca estas quatro características:

A informação financeira deve ser apresentada de forma clara e compreensível para todos os utilizadores que a desejem analisar. Por este motivo, é fundamental que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma a corresponder às necessidades e nível de conhecimento dos seus utilizadores.

Do mesmo modo, a informação financeira deve possuir relevância, isto é, ser capaz de influenciar as decisões económicas dos seus utilizadores. Assim sendo, a informação financeira deve conseguir auxiliar os utentes na avaliação dos acontecimentos ocorridos dentro da entidade, sejam estes passados, presentes ou futuros e contribuir para a eventual correção das suas avaliações. A relevância da informação está intrinsecamente ligada à sua materialidade. A materialidade exige que as demonstrações financeiras reflitam todos os elementos que sejam relevantes, ou seja, todos os elementos cuja omissão ou erro consigam influenciar as decisões dos utilizadores.

Adicionalmente, a informação financeira deve ser fiável, isto é, isenta de erros materiais e preconceitos, de modo que os seus utilizadores possam ter segurança na tomada de decisão. Assim, para que exista fiabilidade devem seguir-se vários princípios entre os quais a representação fidedigna, a substância sobre a forma, a neutralidade, a prudência e a plenitude.

Atendendo ao princípio de representação fidedigna a informação financeira deve proporcionar uma imagem verdadeira e precisa das operações e acontecimentos ocorridos na entidade. Já em relação ao princípio de substância sobre a forma, a informação financeira só é fiável se as operações forem contabilizadas conforme a sua substância e realidade económica, em detrimento da sua forma legal. Além disso, a informação financeira deve seguir o princípio de neutralidade, por outras palavras, ser livre de preconceitos e juízos de valor. Com efeito, a informação perde a fiabilidade quando pode influenciar a tomada de decisão ou levar a juízos de valor com vista a atingir efeitos predeterminados. Ainda, diz o atributo da prudência que o relato de informação financeira deve conter um certo grau de precaução quando se realizarem estimativas em situações de incerteza. Por último, a informação contida nas demonstrações financeiras é fiável se atender ao princípio da plenitude. Este implica que a informação deve ser rigorosa e completa quanto à sua materialidade e custo pois a omissão de algum facto pode tornar a informação falsa e, em consequência, destruir a sua relevância.

Por último, a informação financeira deve permitir a sua comparação ao longo do tempo e entre diferentes entidades. Isto sugere que a empresa deve registar consistentemente os efeitos financeiros das suas operações com vista a identificar tendências na sua posição financeira e confrontar o seu desempenho ao longo da sua existência.

Os parágrafos 43 a 45 desta Estrutura conceptual enunciam alguns constrangimentos à informação relevante e fiável. É o caso da tempestividade no relato da informação. De facto, a demora no relato das informações pode implicar a perda da sua relevância, por isso devem registar-se as transações no momento em que ocorrem. Só assim se consegue garantir que a informação financeira está atualizada e pode apoiar a tomada de decisão dos seus utilizadores. Outro constrangimento prende-se com o balanceamento entre o custo e o benefício de obter a informação financeira. Esta Estrutura conceptual refere que o custo de adquirir, processar e relatar a informação financeira não deve ser superior ao benefício que essa informação pode trazer à organização. Não menos importante, o constrangimento de balanceamento das características qualitativas refere que muitas das vezes as características qualitativas da informação financeira podem entrar em conflito. Esta situação requer um equilíbrio ponderado entre estas características, a fim de alcançar os objetivos definidos para as demonstrações financeiras.

De acordo com Gonçalves (2009), esta Estrutura conceptual determina que as demonstrações financeiras representam os efeitos financeiros das transações e eventos

ocorridos agrupando-os em categorias com características económicas comuns. Estas classes são compostas pelos elementos das demonstrações financeiras descritos nos parágrafos 47 a 79 da Estrutura conceptual. Assim, os elementos que refletem a posição financeira no balanço são os ativos, passivos e capitais próprios, enquanto os elementos relacionados com o desempenho na demonstração de resultados são os rendimentos e gastos.

Gomes e Pires (2010) esclarecem dois conceitos patentes nos parágrafos 80 a 99 da Estrutura conceptual, nomeadamente o conceito de reconhecimento e mensuração. O reconhecimento pode ser visto como o processo de incorporar os itens contabilísticos no balanço e demonstração de resultados quando for provável que os seus benefícios económicos fluam para, ou da entidade e o seu custo ou valor possa ser mensurado com fiabilidade. Já a mensuração é o processo de determinar o valor monetário atribuível aos elementos das demonstrações financeiras registados no balanço e demonstração de resultados. Este processo implica a seleção de uma base específica de mensuração, seja esta pelo custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente ou justo valor, conforme as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro venham a especificar.

Por último, a Estrutura conceptual distingue os conceitos de capital e de manutenção do capital nos parágrafos 100 a 108. De forma resumida, o conceito de capital financeiro refere-se ao capital próprio, isto é, aos ativos líquidos possuídos por uma entidade, enquanto que o conceito físico de capital diz respeito à capacidade produtiva da entidade. A seleção entre estes conceitos depende das necessidades dos utilizadores das demonstrações financeiras. Já a manutenção do capital, estabelece uma ligação entre estes conceitos de capital e o lucro. No caso do capital financeiro o lucro será medido pela variação anual positiva dos ativos líquidos de passivos. Por outro lado, no que respeita ao capital físico, o lucro mede-se pela variação anual positiva da capacidade produtiva.

Em suma, a Estrutura conceptual serve de guia à correta aplicação das normas contabilísticas, garantindo que existe transparência e consistência no relato da informação financeira e a harmonia entre as demonstrações financeiras e os princípios contabilísticos estabelecidos pelo normativo português.

Em conclusão, este enquadramento teórico evidencia a evolução da contabilidade ao longo do tempo desde o surgir da civilização até aos dias de hoje, destacando a sua transição de um simples método de registo das variações patrimoniais para um instrumento fundamental de informação sobre as organizações. Também se nota que a

contabilidade possui diversos campos consoante as necessidades de informação dos seus usuários, realçando-se a contabilidade financeira como aquela que expõe a situação financeira e desempenho económico e financeiro das empresas num dado período. Por fim, verifica-se que o Sistema de Normalização Contabilística estabelece princípios e normas contabilísticas em conformidade com a Estrutura conceptual, que vão de encontro aos padrões internacionais de contabilidade, orientando a elaboração e interpretação das demonstrações financeiras com o objetivo de fornecer informações úteis e fiéis aos seus utilizadores.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA CINGEL ATLÂNTICO – INFORMAÇÃO E GESTÃO, LDA.

Neste capítulo é descrita a trajetória e expansão do Grupo Cingel, em conjunto com a sua missão, visão, valores, estratégia de mercado e estrutura formal. Além disso, também é apresentada a Cingel Atlântico - Informação e Gestão Lda. como uma empresa inserida no grupo de empresas Cingel.

3.1 Apresentação e história do Grupo Cingel

A Cingel Atlântico – Informação e Gestão LDA. integra o Grupo Cingel que desenvolve a sua atividade no campo da contabilidade, fiscalidade, consultoria, informação, gestão e formação de recursos humanos há 35 anos.

A origem deste grupo remonta ao ano de 1989, com a constituição da Cingel Contabilidade, Informação e Gestão Lda., uma sociedade por quotas localizada na Maceira em Leiria, com capital social de 5.000 euros. Inicialmente, esta sociedade contava com apenas 3 pessoas.

Como indicado por Kumar (2018), as empresas de sucesso tentam identificar lacunas existentes no mercado em termos de necessidades insatisfeitas ou procura potencial de produtos. Este processo, conhecido como análise de oportunidades de mercado, tem como propósito suprir estas carências existentes no mercado através da oferta de produtos ou serviços que satisfaçam essas necessidades.

Eventualmente, o Grupo Cingel sentiu necessidade de aumentar o nível de formação dos seus colaboradores e clientes em temáticas relevantes para a gestão dos seus negócios. Foi por este motivo que, em 1998, a Cingel procurou satisfazer esta escassez de formação de pessoal e informação ao cliente com a abertura de uma nova empresa, a Cingel – Formação e Colocação de Pessoal, Lda.

Posteriormente, tornou-se indispensável construir novas instalações que dessem resposta ao aumento da carteira de clientes e consequente reforço de recursos humanos. Neste ano de 1999, a Cingel já dispunha de um total de 21 colaboradores e um volume de negócios que ascendia a meio milhão de euros. As suas novas instalações, passavam a reunir melhores condições para receber os seus clientes, entidades oficiais e instituições financeiras.

Anos depois, em 2006, pressentindo uma oportunidade no mercado açoriano da contabilidade o grupo decide expandir-se geograficamente para a ilha Terceira, em

particular para o concelho da Praia da Vitória com a criação da Cingel Açores. Por outro lado, a crescente procura pelos seus serviços de apoio à gestão leva também à constituição da Cingel Consulting no Alto do Restelo em Lisboa que, como o próprio nome indica, se destina a prestar serviços de consultoria.

O êxito da Cingel Açores e da política expansionista do grupo foram de tal modo evidentes que a Cingel abriu, em 2010, dois novos escritórios de contabilidade nos Açores, nomeadamente nas ilhas do Pico e Faial. Não obstante, a ampliação geográfica do grupo também se concretizou em 2013 com a abertura do escritório da ilha de Santa Maria com uma nova empresa, a Cingel Atlântico.

O Grupo Cingel continuou a apostar no mercado açoriano, abrindo instalações na Graciosa, Flores e São Miguel até ao ano de 2016, abrangendo sete ilhas do arquipélago. Adicionalmente, em 2017, dando resposta à crescente procura pelos seus serviços, a Cingel passou a explorar um novo espaço dedicado à atividade contabilística em Angra do Heroísmo na Ilha Terceira.

Atualmente, o Grupo Cingel possui um vasto portefólio de clientes entre Portugal Continental e ilhas, dispondo de mais de 100 colaboradores espalhados pelos seus 10 escritórios e uma faturação superior a dois milhões de euros. Na Figura 2, estão expostas todas as empresas que pertencem ao Grupo Cingel, entre as quais a Cingel Contabilidade, Cingel Consulting, Cingel Atlântico, Cingel Açores e por fim a Cingel Formação.

Figura 2. Empresas do Grupo Cingel



Fonte: Portal do Grupo Cingel (2024).

É de salientar que nos escritórios dos Açores existem tanto funcionárias afetas à Cingel Açores como também à Cingel Atlântico, sendo que este estágio é realizado ao abrigo da Cingel Atlântico. Ambas as empresas atuam na área da contabilidade e fiscalidade, seguindo um padrão de funcionamento idêntico e compartilhando valores transversais a todo o grupo.

3.2 Missão, Visão e Valores da Entidade

Segundo Fitzsimmons *et al.* (2022) a missão e visão de uma empresa explicam os seus valores, objetivos e prioridades no processo de gestão estratégica. É com base na missão e visão que as empresas formam as suas estratégias e dirigem as suas ações para melhor corresponder aos interesses dos seus *stakeholders*.

A missão empresarial estabelece o principal objetivo e característica distintiva de uma organização, destacando a sua singularidade em relação às demais empresas da mesma área de negócio. Deve identificar a esfera de atuação da empresa, isto é, a sua área de negócio, em termos de produtos ou serviços oferecidos, segmentos de mercado em que atua e necessidades que procura satisfazer (Candemir & Zalluhoglu, 2013).

Enquanto grupo, a Cingel tem como missão atingir um serviço de excelência em todas as áreas de negócio em que participa, através do rigor e organização de uma equipa atualizada e qualificada (Grupo Cingel, 2024). Desta forma, a Cingel distingue-se das várias empresas da área da contabilidade, finanças e consultoria pela qualidade do seu serviço e constante acompanhamento ao cliente, garantindo assim, a sua fidelização.

Fitzsimmons *et al.* (2022) referem que a visão define o estado ideal que a empresa deseja alcançar no longo prazo, caso consiga cumprir os seus objetivos. Esta deve ser sempre repensada tendo em conta o panorama atual da empresa e do mercado. Não obstante, a visão de uma empresa é centrada no futuro e deve ser construída com a participação dos seus colaboradores, em função dos valores organizacionais. De acordo com Candemir e Zalluhoglu (2013), a visão empresarial visa captar o coração dos colaboradores, envolvendo altos níveis de otimismo e confiança, valorizando sempre o contributo do colaborador para a concretização dos objetivos da organização.

No que se refere à visão, a Cingel ambiciona ser parceira de negócio dos seus clientes e apoiar estrategicamente o seu crescimento para que se tornem líderes nos mercados em que operam (Grupo Cingel, 2024).

Conforme Ferreira (2016), os valores no contexto organizacional são um componente importante do planeamento estratégico, na medida em que refletem sobre os princípios considerados importantes para a consecução da missão, visão e objetivos organizacionais. “Por fornecerem um senso de direção comum para todos os colaboradores e um guia para o comportamento diário, os valores representam a essência da filosofia da organização para alcançar o sucesso” (Ferreira, 2016, pp. 42-43).

A Cingel rege-se por um conjunto de valores como a qualidade, diferenciação, confiança, credibilidade e seriedade (Grupo Cingel, 2024).

Um dos principais objetivos desta entidade é obter a confiança e fidelização do cliente através da oferta de soluções que assentem na qualidade, seriedade e credibilidade, com foco nos detalhes e particularidades individuais de cada cliente. É por este motivo que existe um grande cuidado no tratamento da informação para que sejam cumpridos, minuciosamente, todos os requisitos legais e normativos.

Para o efeito, a Cingel também sente a necessidade de trabalhar a motivação dos seus colaboradores para que sintam vontade em servir o cliente e de fazer a diferença, contribuindo assim para a credibilização das contas das empresas e rigor da sua gestão.

3.3 Ações estratégicas do Grupo Cingel

De acordo com Oliver (2001), a estratégia empresarial requer o estudo da forma como funciona uma indústria e a identificação da posição relativa de uma organização dentro dessa indústria, de tal modo que se consigam implementar ações para melhoria do desempenho organizacional. Estas ações podem ter como objetivo modificar a estrutura da indústria ou alterar a posição relativa da empresa no mercado. Santos (2004, p.13) adiciona que a “Estratégia consiste na tomada de opções que determinam a vida subsequente de uma organização”.

De facto, o Grupo Cingel tem apostado numa estratégia de crescimento fundamentada na expansão geográfica dos seus serviços de contabilidade e no desenvolvimento de outros tipos de serviços prestados pelo grupo.

Segundo Barringer *et al.* (1996), a expansão geográfica pode ser entendida como um meio para o crescimento das empresas que implica a expansão das suas operações além do seu domínio atual. Esta pode ser uma boa estratégia de crescimento quando as empresas já não possam beneficiar de grandes economias de escala no seu território atual, mas acreditam que os seus produtos serão apelativos numa região diferente. Nestes 35 anos de existência do Grupo Cingel, a expansão geográfica concretizou-se pela abertura de sete escritórios de contabilidade nos Açores e outro em Lisboa.

Por outro lado, a Cingel tem vindo a desenvolver outros serviços como a consultoria, a formação de recursos humanos, a execução de projetos de investimento e a análise financeira e fiscal. De acordo com Armengot *et al.* (2013), este aumento do número de serviços enquadra-se numa estratégia de desenvolvimento de produtos pois a empresa amplia a sua linha de produtos, incorporando novos recursos aos já existentes de modo a que melhor se satisfaçam as necessidades do cliente.

Porter (1980) afirma que desenvolver uma estratégia competitiva é desenvolver uma fórmula ampla sobre como uma empresa irá competir no seu mercado, quais são os seus objetivos e que políticas serão necessárias para atingir esses objetivos. Tal implica que as empresas tentem criar uma vantagem competitiva que as distinga das demais empresas no seu mercado.

Na Cingel, evidencia-se um claro interesse na diferenciação do serviço como vantagem competitiva. A diferenciação pressupõe a criação de um produto ou serviço que seja percebido como único pela indústria e seus clientes, para que se consiga fidelizar o cliente e criar uma menor sensibilidade ao preço do produto (Porter, 1980).

A Cingel desenvolve um serviço diferente na medida em que consegue gerar um fluxo eficiente de informação rigorosa e em tempo útil entre a empresa e o cliente, fazendo uso da inovação tecnológica.

Este fluxo é garantido por uma rede tecnológica de informação e videoconferência que liga todas as empresas Cingel e mantém-nas próximas do cliente. Deste modo, as empresas conseguem estabelecer contacto e reunir rapidamente, quer com outros colaboradores Cingel e a própria gerência, como também, com todos os clientes, independentemente da localização geográfica em que se encontram. A Cingel acredita que os clientes açorianos se encontram à mesma distância dos clientes de Portugal continental.

Este fluir da informação de forma mais eficiente também se deve a uma estrutura organizacional bem definida em que cada colaborador tem as suas funções bem delineadas e a uma ligação entre unidades da empresa por meio de uma rede comum a todos os computadores. Por outro lado, a Cingel também desenvolveu uma aplicação interna que funciona como uma base de dados comum e facilita a comunicação de erros informáticos, por exemplo.

Estes novos sistemas tecnológicos permitiram ao Grupo ser mais eficiente na resolução de problemas e estar mais disponíveis para o cliente, proporcionando-lhe ferramentas que lhe permitem captar as oportunidades emergentes.

O Grupo Cingel também se diferencia pela qualidade dos seus serviços de modo a garantir que as necessidades e expectativas do cliente sejam satisfeitas. Para garantir a qualidade, a Cingel aposta na qualificação dos seus colaboradores, para que sejam rigorosos no desempenho das suas tarefas e no acompanhamento e apoio constante ao cliente. Neste momento, o Grupo possui duas empresas reconhecidas pela qualidade, nomeadamente a Cingel – Contabilidade, Informação e Gestão, LDA, certificada pela

Norma Europeia EN ISSO 9001 em 2005 e a Cingel – Formação e Colocação de Pessoal, LDA, acreditada pela Direção-Geral do Emprego e Relações de Trabalho em 2013.

3.4 Estrutura Formal do Grupo Cingel

A estrutura organizacional pode ser entendida como a forma como as atividades organizacionais são divididas, organizadas e coordenadas. Esta estrutura refere-se ao modelo de relacionamento interno de uma organização que define, não só os seus relacionamentos e autoridade, como também os seus canais formais de comunicação, tomada de decisão e distribuição de responsabilidades. Uma boa estrutura formal deve ser capaz de auxiliar o fluxo de informação da entidade, facilitar a tomada de decisão e promover a resolução rápida e eficaz de conflitos entre as suas unidades (Ahmady *et al.*, 2016).

De acordo com Balcão (1965), a estrutura formal das organizações pode ser representada por um organograma, isto é, uma representação gráfica das relações entre os vários cargos existentes numa empresa. Ahmady *et al.* (2016) ainda acrescentam que o organograma reúne todas as unidades da empresa e as suas funções numa hierarquia, espelhando os diferentes papéis nela existentes.

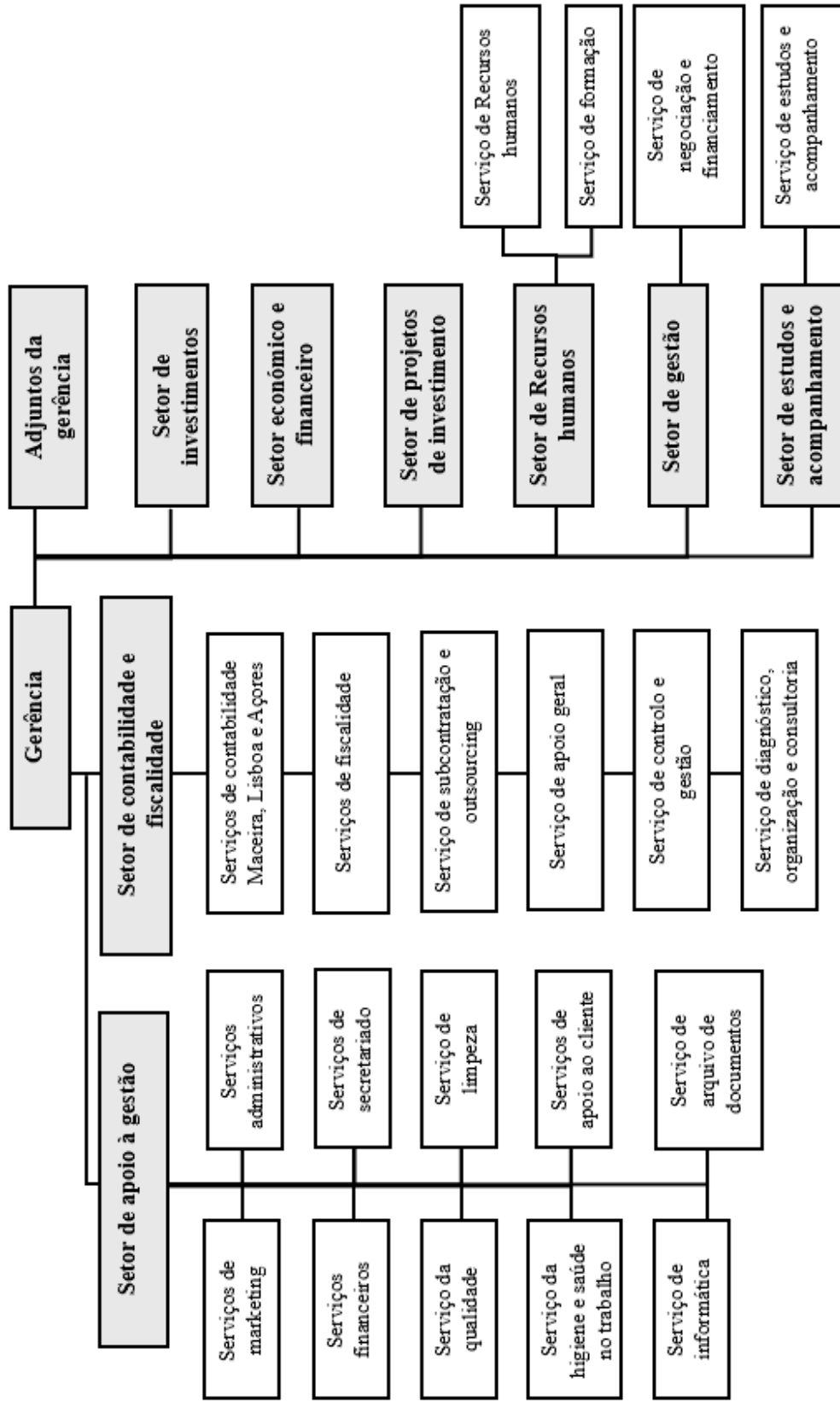
A estrutura formal da Cingel, representada no organograma da Figura 3 é algo complexa, dado que se trata de um grupo de empresas que presta vários tipos de serviços ao seu cliente. É por isso que conta com 8 setores principais que, por sua vez, são decompostos em vários serviços (Grupo Cingel, 2022).

Para além da gerência e seus adjuntos, o primeiro setor a destacar, o setor de apoio à gestão é composto pelos serviços de marketing, administrativos, de secretariado, financeiros, de apoio ao cliente, qualidade, limpeza, higiene e saúde no trabalho, informática e arquivo de documentos. Este setor é primordial ao bom funcionamento do grupo, como tal, é relevante distinguir as várias funções dos diferentes serviços.

Em primeiro lugar o serviço de marketing deve, não só promover e divulgar a imagem da Cingel, como também analisar o mercado em que esta opera, considerando a concorrência e potenciais clientes, e ainda apoiar a organização dos seus eventos.

Ao cuidado dos serviços administrativos está a organização da contabilidade das empresas do grupo, como são exemplo a faturação e o tratamento de obrigações e declarações fiscais. Já os serviços de secretariado têm como principais funções o atendimento pessoal de clientes e visitantes, o atendimento e emissão de chamadas para a gerência, o controlo do sistema de assiduidades e a preparação de reuniões.

Figura 3. Organograma do Grupo Cingel



Fonte: Adaptado de Manual de organização (Grupo Cingel, 2022).

Estão também incumbidos do processamento dos salários dos colaboradores Cingel e do tratamento de todas as declarações a serem entregues à Segurança Social e Autoridade Tributária tais como retenções na fonte, contribuições para a Segurança Social e outros.

Ainda, o serviço financeiro procede a toda a gestão e controlo das cobranças e tesouraria do grupo, processando pagamentos diversos como vencimentos e faturas e fazendo a gestão dos mapas financeiros.

De seguida, o serviço de apoio ao cliente trata do atendimento pessoal dos clientes e visitantes às instalações cingel, do atendimento, emissão e transmissão de chamadas para os diferentes escritórios e da divulgação de esclarecimentos gerais e de Recursos Humanos ao cliente.

Também muito importante neste setor é o serviço de qualidade, fundamental ao acompanhamento dos objetivos de qualidade e à motivação dos colaboradores para a manutenção e cumprimento dos requisitos inerentes ao sistema de gestão da qualidade. É também da sua responsabilidade a elaboração do Manual da Organização e a sua atualização sempre que necessária.

O serviço de limpeza e o serviço de segurança, higiene e saúde no trabalho, como o nome indica, destinam-se à manutenção dos espaços internos e externos da empresa e à gestão de assuntos maioritariamente relacionados com a medicina no trabalho, respetivamente.

De grande importância também se destaca o serviço de informática que tem como principal função a gestão dos programas informáticos em utilização pelo grupo e a resolução de problemas que deles possam surgir.

Em último lugar, o serviço de arquivo de documentação encarrega-se da gestão dos stocks dos produtos consumíveis do escritório, da distribuição de correspondência entre edifícios e do arquivo digital e em papel.

Por outro lado, o setor de investimentos tem como principal atividade monitorizar os investimentos do grupo e transmitir toda essa informação à gerência.

No terceiro setor a considerar, o setor de contabilidade e fiscalidade integram os serviços de contabilidade, fiscalidade, subcontratação e outsourcing, apoio geral, controlo e gestão e o serviço de diagnósticos, organização e consultoria. É também significativo distinguir os diferentes tipos de serviço neste setor.

No serviço de contabilidade são preparados, classificados e lançados todos os documentos entregues pelos clientes de acordo com o normativo contabilístico em vigor. Também se produz toda a documentação legal necessária para entregar nas entidades

oficiais e se realizam análises periódicas da situação contabilística e fiscal dos clientes. Sempre que necessárias, são efetuadas deslocações ao cliente para acompanhar a sua organização contabilística e administrativa. É da responsabilidade do serviço de fiscalidade esclarecer as dúvidas do cliente e desenvolver pareceres técnicos nesta matéria, acompanhando e resolvendo problemas que estejam relacionados com a administração fiscal. Já o serviço de subcontratação e outsourcing e o serviço de apoio geral são maioritariamente responsáveis pela subcontratação de serviços especializados e pelo controlo de viaturas e supervisão de arquivos, respetivamente.

Ao nível do controlo e gestão, as atividades a desenvolver são a implementação de sistemas de controlo de gestão e contabilidade analítica nos clientes. Em último lugar as atividades do serviço de diagnósticos, organização e consultoria prendem-se com questões de auditoria interna e externa, isto é, com o controlo de funções e procedimentos dentro do grupo Cingel e nas empresas clientes. São também funções deste serviço o diagnóstico, histórico e avaliação de empresas e o desenvolvimento de novos sistemas de organização dos serviços administrativos e informáticos nos clientes.

Não menos importante, o setor económico e financeiro é responsável por tratar de assuntos relacionados com as finanças do grupo e gestão dos seus recursos. Controla toda a área financeira das diferentes empresas contribuindo para a sua estabilidade financeira e realização dos objetivos programados.

No setor de projetos de investimento é feito um trabalho de acompanhamento dos projetos de investimento e de candidaturas a sistemas de incentivos, quer nos Açores, quer no continente e o esclarecimento ao cliente sobre os mesmos. Além disso, é da sua competência elaborar estudos previsionais de viabilidade económico-financeira ao cliente.

Já o setor de recursos humanos é apoiado pelos serviços de recursos humanos e formação. É da responsabilidade do serviço de recursos humanos gerir os processos de entrada e saída de funcionários e outros referentes à Segurança Social do Grupo e estar sempre atualizado da legislação laboral para que possa fundamentar esclarecimentos e pareceres técnicos ao cliente. Também lhe compete o tratamento de assuntos relacionados com estágios realizados na Cingel e outras medidas de apoio à contratação e o tratamento dos serviços de recursos humanos do cliente, entre estes o processamento de salários e o envio dos respetivos atos declarativos. Por sua vez, o serviço de formação tem como funções preparar a formação dos colaboradores para que estes estejam sempre bem informados e atualizados e se possa prestar um serviço rigoroso e de qualidade ao cliente.

O sétimo setor a considerar, o setor de gestão, compreende o serviço de negociação e financiamento que se ocupa com a gestão dos processos de financiamento, nomeadamente o pedido e estudo de propostas de financiamento, a elaboração de planos financeiros e a análise das soluções de financiamento em comparação com as suas implicações técnicas e fiscais.

Por último, no setor de estudos e acompanhamento examinam-se e apresentam-se procedimentos a implementar pela empresa, encaminhando estes processos para os seus assessores, atendendo sempre ao cumprimento da legislação fiscal e do dever deontológico.

3.5 Descrição sumária da Cingel Atlântico

A Cingel Atlântico, com escritório na Praia da Vitória sito na Rua da Estrela, nº 17, Ilha Terceira foi a instituição de acolhimento neste estágio. Esta empresa, em conjunto com a Cingel Açores representam, no momento, cerca de 40% da faturação total do Grupo Cingel. Esta sociedade por quotas está matriculada na Conservatória de Registo Comercial com o número de identificação fiscal 509796311. A Figura 4 apresenta o logótipo da Cingel Atlântico – Informação e Gestão Lda.

Figura 4. Logótipo da Cingel Atlântico – Informação e Gestão, Lda.



Fonte: Portal Grupo Cingel (2024).

Esta entidade atua sob o CAE 69200 – Contabilidade, auditoria e consultoria fiscal, tendo como objeto principal a prestação de serviços de contabilidade, informação e gestão. Dentro destes serviços de contabilidade enquadram-se o tratamento de dados, o registo de transações financeiras, a elaboração das demonstrações financeiras e a preparação e envio de declarações fiscais. No entanto, também prestam outros serviços como a elaboração de estudos económicos para investimentos, consultoria de negócio ou

fiscal e apoio à gestão e organização administrativa. Para o efeito, estes serviços podem ser realizados dentro das instalações Cingel ou por deslocação à empresa cliente em viatura própria da empresa.

No presente, o escritório da Praia da Vitória conta com sete colaboradoras que prestam estes serviços contabilísticos a uma considerável carteira de 33 clientes. Nesta carteira constam clientes de várias áreas económicas, desde a restauração, hotelaria, atividade agrícola, saúde, comércio, construção civil e outros. Na Cingel as empresas clientes são atribuídas a cada colaborador conforme o volume das empresas à sua responsabilidade, para que cada colaboradora esteja devidamente inteirada das particularidades de cada cliente e a qualidade do serviço seja a melhor possível. Adicionalmente, na Cingel são designadas três funcionárias por cada cliente, uma responsável pelo processamento de dados e contabilidade, outra responsável pelos Recursos Humanos e outra pela supervisão da empresa.

Em suma, o Grupo Cingel conta com 35 anos de experiência no mercado da contabilidade, operando com 5 empresas distintas e com o propósito de oferecer um serviço de qualidade, garantir a fidelização e estabelecer parcerias de negócio com os seus clientes. O crescimento deste grupo é resultado de uma estrutura organizacional bem delineada, da sua política de expansão geográfica e da ampliação do seu catálogo de produtos.

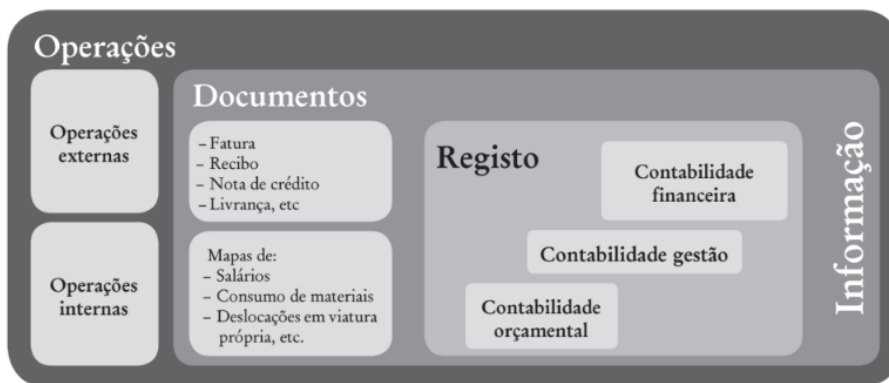
CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

Este capítulo tem como objetivo detalhar as atividades que foram desenvolvidas durante este estágio na área contabilística da Cingel. Tais tarefas são sistemáticas uma vez que se enquadram num processo contínuo de tratamento dos documentos entregues pelos clientes. Estas operações podem ser facilmente divididas em seis categorias, designadamente a receção dos documentos, a sua preparação, organização e arquivo, a classificação e lançamento contabilístico, conferências internas e o tratamento de obrigações fiscais.

4.1 Receção dos documentos

De acordo com Fernandes e Santos (2016), o processo contabilístico envolve uma série de etapas que têm como base as operações internas e externas realizadas por uma empresa. Estas operações são, por norma, documentadas e os seus elementos são registados e processados para que possam ser transformados em informações úteis à própria empresa ou terceiros. Este processo encontra-se representado na Figura 5.

Figura 5. Operações inerentes ao processo contabilístico



Fonte: Fernandes e Santos (2016, p. 72).

Cotoc e Traistaru (2013) descrevem os documentos contabilísticos como todos os documentos que registam as transações, eventos e outras operações económicas realizadas por uma entidade no momento e local onde ocorrem. Fernandes e Santos (2016) acrescentam que estes servem de comprovativo de exatidão e verdade das operações desenvolvidas pela empresa e sustentam o registo contabilístico. Estes documentos contabilísticos podem ter origem interna quando elaborados pela própria entidade para suportar determinados factos, ou origem externa quando recebidos ou destinados a terceiros.

A primeira fase da atividade contabilística que a Cingel desenvolve é precisamente a receção destes documentos. Tais documentos contabilísticos podem fazer-se chegar quer por entrega em mãos pelo cliente ou através de correio eletrónico ou postal.

Esta primeira etapa do processo é de extrema importância para que toda a informação seja relatada de forma tempestiva, isto é, relatada antes que perca a sua capacidade de ser útil para a tomada de decisão. Por este motivo, os clientes devem ter particular atenção em entregar todos os documentos atempadamente, numa base mensal, para que se possam cumprir com todos os trâmites legais. Na Cingel, a entrega dos documentos deve ser feita até ao décimo dia do mês seguinte à sua data de referência, consoante o contratualizado com os seus clientes. Feita esta receção, todos os documentos são carimbados de acordo com a sua data de receção em espaço livre, de modo que o carimbo não se sobreponha aos dados do documento.

4.2 Preparação, organização e arquivo dos documentos

Segundo Pradella e Seelig (2012, p.20) “As práticas de conservação de documentos têm o objetivo de preservar as informações e assegurar a integridade física e a qualidade do acesso às informações”. É por este motivo que a segunda etapa do processo de tratamento dos documentos na Cingel passa pela sua preparação e organização de acordo com procedimentos específicos da empresa.

De modo a salvaguardar a integridade física dos registos, os documentos que não estejam em folhas A4 são colados em novas folhas de papel de forma a impedir a realização de cortes de furador nos documentos e garantir a preservação de todos os seus dados como algarismos ou letras. É também uma prática interna retirar todos os agrafos existentes nos documentos entregues, de forma a protegê-los da ferrugem que deles possa vir a surgir. Por outro lado, este procedimento também auxilia a compressão do volume das pastas de arquivo, o que contribui para um arquivo mais limpo, organizado e compacto.

Terminada a preparação dos documentos, estes devem ser separados consoante o seu mês de emissão, sendo analisados os documentos relativos a meses anteriores de forma a perceber se é possível o seu lançamento e os relativos a períodos posteriores reservados separadamente. É de salientar que para cada cliente a Cingel possui uma caixa em que são arquivadas todas as situações pendentes de tratamento, incluindo-se nesta os documentos a lançar em meses seguintes. Podem também existir situações em que os clientes entreguem documentos que sejam particulares e não pertençam à atividade da sua

empresa ou documentos que não possuam relevância contabilística. Perante este cenário, tais documentos são arquivados na caixa do cliente e devolvidos posteriormente.

Após a seleção dos documentos, inicia-se uma terceira etapa no seu tratamento, o arquivo dos documentos consoante a sua natureza ou categoria. Todos os meses, salvo exceções de clientes com poucos documentos, é aberta uma nova pasta de arquivo por cada cliente que irá conter todos os documentos relativos a um determinado mês. Esta pasta contém vários separadores que dividem os documentos em diários, de um modo geral o diário de vendas ou clientes, caixa, fornecedores, bancos e diversos.

O Manual de contabilidade assistida da Ordem dos contabilistas certificados (2016, p. 20) refere que “ao conceito de diário contabilístico está associada, comumente, a necessidade de um correto arquivo dos documentos contabilísticos, de forma numericamente ordenada, tipificando o mecanismo de controlo”. Deste modo, para melhor organização contabilística, as empresas podem distribuir os vários registos contabilísticos em diários que os distingam consoante o seu tipo ou natureza, isto é, consoante a movimentação de contas específicas. Estes diários são o espelho do Software contabilístico utilizado para cada cliente, sendo que em certos casos, o diário de bancos pode subdividir-se em pagamentos, recebimentos e operações diversas.

É comum organizar os documentos relativos a operações com fornecedores por data e ordem alfabética, mas tal não constitui um procedimento obrigatório, por se tratar de um método de organização específico de cada colaborador Cingel. Do mesmo modo, os documentos relativos a operações bancárias também são organizados de acordo com a preferência de cada colaborador. Além disso, os documentos relativos a vendas e fecho de caixa são organizados de acordo com a sua data de emissão.

4.3 Classificação e lançamento contabilístico

Para Spiteri (2020), o processo contabilístico desenrola-se em quatro fases. Estas consistem na classificação das transações da empresa em contas apropriadas segundo as regras contabilísticas, no registo das variações patrimoniais em lançamentos e no reporte e interpretação da informação financeira no final do período de relato.

Para realizar um lançamento contabilístico é necessário analisar atentamente o facto patrimonial ou documento, verificar quais são as contas afetadas pelo respetivo facto e aplicar as regras de movimentação das contas consoante os seus aumentos ou diminuições (Monteiro, 2013). Este processo, designado por classificação de documentos, concretiza-

se na Cingel pelo registo escrito, no próprio documento, das contas a debitar ou creditar no lançamento contabilístico.

Aquando da classificação dos documentos torna-se fundamental confirmar se as faturas contém todos os elementos requeridos no Artigo 36º n.º5 do Código do imposto sobre o valor acrescentado (CIVA), como são exemplo a denominação e sede ou domicílio dos intervenientes, os seus números de identificação fiscal, a quantidade, descrição e preço líquido de imposto dos bens, a taxa de imposto aplicável e a data de colocação dos bens à disposição, realização do serviço ou pagamento se este for anterior à realização das operações. A falta de algum destes elementos na fatura implica que esta seja contabilizada como um gasto indevidamente documentado, a acrescer ao resultado líquido do exercício e como tal o Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) também não será dedutível. Há que considerar também nesta fase de classificação todas as particularidades relativamente à dedutibilidade em sede de IVA prevista no Artigo 21º do CIVA.

O registo de lançamentos contabilísticos na Cingel é realizado tendo por base o método das partidas dobradas. Este determina que cada lançamento a débito deverá corresponder a um ou mais lançamentos a crédito ou vice-versa. Em resultado, o valor total lançado nas contas a débito deve ser igual ao valor total lançado nas contas a crédito (Griffin, 2012). A utilização deste método permite controlar o património de uma empresa tendo sempre em nota que cada elemento patrimonial tem uma fonte específica e uma contrapartida.

Após a classificação dos movimentos contabilísticos, procede-se ao seu lançamento em Softwares de gestão e contabilidade. Os dois programas mais utilizados na Cingel são o PHC business software (PHC) e o Primavera. O lançamento contabilístico requer especial atenção e rigor de forma a garantir, não só a correta imputação de cada elemento patrimonial às contas do Plano de contas, como também o cumprimento das diretrizes de todo o Sistema de Normalização Contabilística.

No que respeita ao Software PHC, regra geral, é necessário seleccionar o diário no qual se insere cada documento, o tipo de documento, a data e numeração do documento. De seguida, devem ser registadas em cada linha as contas a serem movimentadas a crédito e a débito e os seus respetivos valores. Terminado o registo deve proceder-se à sua gravação no programa, ao qual é posteriormente associado um número de lançamento. Este número de lançamento é carimbado no canto superior direito dos documentos, o que facilita o

arquivo dos lançamentos numa ordem crescente. Esta prática possibilita a rápida localização dos documentos em caso de necessidade e uma maior organização.

O lançamento no Software Primavera desencadeou-se de forma diferente. Neste cliente em particular, o lançamento contabilístico de movimentos de fornecedores e clientes dependia do lançamento na gestão pelos seus serviços administrativos. Assim sendo, todas as faturas, notas de crédito ou débito e pagamentos ou recebimentos de fornecedores e clientes são lançados na gestão do cliente e posteriormente integradas na contabilidade como movimentos diferidos. A responsável pela contabilidade só procede à integração dos documentos, registando o lançamento contabilístico. Todos os dados relativos ao tipo de documento, numeração, data, fornecedor ou cliente são previamente inseridos no sistema pela responsável de gestão da empresa cliente.

A ordem de lançamento na gestão condiciona a ordem de lançamento na contabilidade, por isso há lugar a um trabalho adicional de organizar os documentos de acordo com a ordem de lançamento na gestão. Por outro lado, este método de integração implica que no final de cada mês se confirmam os balancetes de clientes e fornecedores da gestão e contabilidade. Os saldos do balancete da gestão e da contabilidade devem ser sempre iguais, se tal não acontecer deve ser procurada a origem dessas diferenças. Todas as operações diversas não relacionadas com clientes ou fornecedores são lançadas apenas na contabilidade através do mesmo procedimento adotado para o programa PHC, seleccionando o número de diário, o tipo de documento e a respetiva data. Do mesmo modo, todos os documentos são gravados e numerados para fácil identificação e arquivo.

4.3.1 Lançamento dos diversos diários contabilísticos

No diário de vendas registam-se as operações de vendas ou devoluções efetuadas a clientes. Como tal, regra geral, na presença de uma fatura a crédito, fatura simplificada, fatura-recibo ou nota de débito com IVA não isento há lugar a uma movimentação a crédito das contas 71 (vendas) ou 72 (prestações de serviços) e de Iva liquidado (2433) em contrapartida de um débito na conta do cliente (21). Por outro lado, no caso das notas de crédito a operação é inversa, gerando um crédito na conta do cliente e débitos nas contas 717 (devoluções) ou 728 (descontos e abatimentos) e Iva regularizações a favor da empresa (24341).

No Software PHC estes lançamentos são feitos de forma automática através da integração da faturação a clientes. É necessário importar mensalmente no programa o ficheiro *Standard Audit File for Tax Purposes* (SAFT) enviado pela empresa cliente.

O diário de caixa contém todas as operações realizadas com recurso a um fundo fixo de caixa, isto é, o conjunto das transações que geram entradas e saídas em numerário. Podem ser operações de caixa, os recebimentos de clientes em numerário no qual, por ser uma conta de ativo, se debita a conta de caixa (11) e se credita a conta do cliente (211). Por outro lado, também se inserem compras ou despesas pagas a numerário, na qual se regista a compra ou despesa e o IVA dedutível (2432) a débito em contrapartida do fornecedor. É uma prática da Cingel movimentar sempre a conta de fornecedor para que posteriormente se consiga obter um controlo mais rigoroso dos saldos de fornecedores. Assim, em compensação a um débito no fornecedor, a conta de caixa estará a crédito no mesmo valor.

Em particular, na hipótese de as vendas da empresa serem integradas automaticamente no programa contabilístico como é o caso do PHC, os lançamentos de pagamentos dos clientes por terminal de pagamento automático (TPA) são também inseridos neste diário. Diante disso, para cada dia de recebimento por TPA, debita-se a conta de depósitos à ordem (12) pela entrada de dinheiro do caixa no banco (crédito da conta 11) e simultaneamente a conta de despesas bancárias (688), em contrapartida do banco (12), pelo valor das comissões.

No caso particular de utilização do programa Primavera, o diário de caixa compreende os apuros diários das vendas a pronto pagamento. Tal significa que todos os dias, se faz um cálculo do valor a depositar proveniente das vendas recebidas em numerário. Este cálculo é feito com base no valor total das vendas subtraído do valor recebido por multibanco. No final do dia o valor das vendas deve ser equivalente à soma do valor em TPA e numerário. Assim, neste diário contabilizam-se as vendas do dia nas respetivas contas de classe 7 e de IVA, em contrapartida das entradas no banco seja por via multibanco ou por posterior depósito em numerário e das comissões do terminal de pagamento automático. As eventuais diferenças são registadas numa conta de outros devedores e credores (278).

Fazem parte do terceiro diário, o diário de fornecedores, todos os documentos como faturas a crédito, faturas-recibo e notas de crédito ou débito que se associem a compras de mercadorias ou matérias-primas e despesas assumidas pela empresa.

O Plano de contas do SNC contém um vasto conjunto de contas de gasto disponíveis na classe 6, que são debitadas perante uma fatura ou nota de débito em conjunto com uma conta de IVA dedutível (2432), se for o caso, em contrapartida da conta do fornecedor (221). O mesmo funciona para a compra de matérias-primas ou mercadorias utilizando a

conta 31. É importante salientar que existindo um pagamento destas faturas ou notas de débito feito pelo banco, movimentam-se as contas de depósitos à ordem na mesma data.

Já nas notas de crédito, a conta de fornecedores é debitada quando existam devoluções a fornecedores, descontos e abatimentos em compras ou anulação de gastos por débitos nas contas 317, 318 ou respetiva conta de gasto, pela mesma ordem. Neste caso a empresa terá de regularizar IVA a favor do Estado, creditando a conta 24342.

Igualmente importante é o diário de bancos. Este espelha grande parte das transações que movimentam as contas bancárias da empresa. São exemplos os pagamentos a fornecedores por transferência, multibanco ou cheque, recebimentos de clientes, pagamentos de impostos, depósitos bancários, levantamento de numerário, pagamento de prestações e encargos bancários. Como se trata de uma conta de ativo, debita-se a conta de depósitos à ordem por créditos bancários, isto é entradas de dinheiro, e credita-se a mesma por um débito bancário, ou seja, saída de dinheiro.

Finalmente, no quinto e último diário, o diário de diversos, compreendem-se todos os movimentos que não se inserem em nenhum dos outros diários. São o caso a nota interna de salários, a estimativa de encargos com férias e subsídio de Natal, a anulação destas estimativas quando exista pagamento destes subsídios, o lançamento das depreciações, a imputação de subsídios a rendimento e outros. Também é registado neste diário o reconhecimento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas quando a empresa utilizar o sistema de inventário permanente.

4.5 Procedimentos de controlo interno

De acordo com Neves (2008, p. 60) “Um sistema contabilístico fiável deve assentar num sistema de controlo interno adequado. Só assim se pode confiar na informação por ele gerada. Informações contabilísticas distorcidas podem levar a conclusões erradas e consequentes tomadas de decisão danosas para a empresa.”

Por este motivo, um sistema de controlo interno é visto como um conjunto de diretrizes e métodos que são estabelecidos e colocados em prática com vista a assegurar uma segurança aceitável em relação à confiabilidade dos registos contabilísticos e, em consequência, das demonstrações financeiras. Tem também como objetivo contribuir para o funcionamento eficiente e eficaz da entidade, prevenindo e detetando eventuais erros no relato da informação contabilística (Secretaria-Geral da Economia, 2024).

4.5.1 Conferência e reconciliação bancária

Uma das práticas de controlo interno que a Cingel adota consiste na elaboração de conferências e reconciliações bancárias. De acordo com Costa e Franco (2006, p.18) a reconciliação bancária “é um processo de ajustamento entre os movimentos registados no extrato bancário e os movimentos registados no extrato contabilístico, expurgando as diferenças entre estas duas realidades, tendo em vista a obtenção de um saldo reconciliado igual”.

A reconciliação bancária tem como finalidade identificar as discrepâncias existentes entre o saldo registado pelo banco e o saldo registado na contabilidade. Muitas das vezes, existe uma diferença temporal entre a data de realização dos lançamentos contabilísticos e a data dos movimentos bancários. É o caso dos cheques emitidos, mas não descontados ou pagamentos efetuados no último dia do mês que só são descontados mais tarde devido aos tempos de espera das atividades bancárias.

Deste modo, a reconciliação é um processo essencial ao controlo dos movimentos de tesouraria efetuados numa empresa, uma vez que garante que todos os pagamentos e recebimentos são tidos em consideração, não ficando nenhum movimento omitido ou duplicado.

O n.º1 do Artigo 63.º-C do Decreto-Lei n.º398/98 de 17 de dezembro estabelece que todos os sujeitos passivos de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas ou singulares que tenham ou devam ter contabilidade organizada são obrigados a ter pelo menos uma conta bancária através da qual sejam processados os pagamentos e recebimentos relacionados com o negócio. Nesse sentido, a reconciliação também pode ser uma ferramenta importante à correta imputação dos movimentos às respetivas contas bancárias, pois realça possíveis erros e distorções que podem ocorrer quando há mais do que uma conta bancária na atividade.

Na Cingel esta técnica de controlo interno é aplicada mensalmente a todos os clientes e a todas as contas bancárias que possuam em nome da atividade. O processo de reconciliação inicia-se pela conferência entre os valores registados no extrato bancário e os valores da contabilidade. Assim, terminados os lançamentos do mês, é necessário extrair do programa contabilístico o extrato do mês da conta 12 - depósitos à ordem - para posterior comparação com uma cópia do extrato bancário. Esta comparação é feita através do método de picagem que consiste essencialmente em aplicar um visto num e noutra extrato em todos os valores em comum. É de salientar que todos os créditos bancários, isto é, entradas no banco implicam um débito da conta de depósitos à ordem uma vez que

se trata de uma conta de ativo e é debitada pelos aumentos. O mesmo se aplica vice-versa. Desta comparação resultam movimentos não picados que devem ser analisados de forma a perceber se são pendentes em reconciliação do mês anterior. Se for esse o caso, tais movimentos são abatidos da conferência e dados como conferidos.

Em seguida, procede-se ao preenchimento da folha de reconciliação em Excel. Esta folha é constituída por quatro colunas principais: a data do movimento pendente, a descrição do movimento, a coluna de movimentos em falta no banco e a coluna de movimentos em falta na contabilidade. No topo da coluna relativa ao banco deve constar o saldo final do extrato bancário e nas linhas seguintes os movimentos que ficaram por picar no extrato da contabilidade acompanhados da data de movimento e descrição. Adicionam-se os créditos, isto é entradas do banco e subtraem-se os débitos, ou seja, as saídas do banco. O mesmo método é aplicado para a coluna da contabilidade, preenchendo o saldo final da contabilidade e adicionando nas linhas movimentos a débito para entradas no banco e subtraindo os movimentos a crédito para as saídas do banco. Em resultado, o saldo final de ambas as colunas deve ser igual.

Este processo termina pelo arquivo digital da folha de reconciliação e pelo arquivo físico da conferência e folha de reconciliação no dossier individual de cada cliente designado “Reconciliações Bancárias”. O extrato bancário original enviado pelo cliente é também arquivado na pasta única do cliente designada “Extratos Bancários”.

4.5.2 Conferência do E-Fatura

A conferência mensal do mapa E-Fatura, conseguido no Portal das Finanças de cada Cliente, também é uma importante prática de controlo interno aplicada na Cingel. Este mapa constitui uma lista dos documentos importados pelos fornecedores no portal E-Fatura e permite verificar o estado de cada documento e aceder a informação sobre o fornecedor e o próprio documento (Centro de Ajuda TOOnline, 2022).

A conferência desta listagem é feita pelo método de picagem que compara o mapa E-Fatura com o extrato contabilístico das contas de fornecedores, isto é, das contas 221- Fornecedores gerais e 271- Fornecedores de investimentos, extraído do programa contabilístico. Deste procedimento resultam valores não picados no mapa E-Fatura que correspondem a documentos não lançados na contabilidade. Estes documentos não lançados são agrupados numa lista designada “documentos pendentes”. Deste modo, no fecho de cada mês é enviado um email a cada cliente no qual constam a listagem dos documentos pendentes que ainda podem ser contabilizados em períodos futuros, os

valores pendentes em reconciliação bancária e eventuais esclarecimentos ou questões adicionais necessárias. Normalmente, os clientes entregam à responsável pelos lançamentos contabilísticos a grande maioria dos documentos pendentes em períodos futuros, mas quando isso não acontece a responsável deve pedir a emissão de uma segunda-via diretamente ao fornecedor.

Terminado este procedimento, a conferência feita em papel deve ser arquivada na pasta de “Conferências de fornecedores” e na plataforma Filedoc. Além disso, deve ser anexada uma cópia do email de pendentes na respectiva caixa do cliente.

Esta prática de conferência interna traduz-se numa maior realidade das contas da empresa, uma vez que possibilita detetar documentos lançados em duplicado ou erros nos valores de lançamento. Por outro lado, é também uma vantagem para que informação financeira relevante não seja deixada para trás, pois existe um maior controlo dos documentos entregues.

4.5.3 Conferência de balancetes

Outra prática de controlo interno realizada pela Cingel é a conferência de várias contas através do balancete analítico. O balancete é uma ferramenta de controlo interno e serve para analisar a posição financeira de uma empresa durante um determinado período de tempo, tanto em termos de ativos e passivos como em termos de contas de resultado. É uma ferramenta financeira utilizada para visualizar o total de débitos e créditos das contas, bem como o saldo de cada conta, seja esta devedora ou credora (CRN – Contabilidade, 2024).

Em primeiro lugar, é necessário verificar os saldos das contas de classe 1, nomeadamente, caixa (11) e depósitos à ordem (12). A conta de caixa deve apresentar sempre saldo devedor ou nulo de forma a refletir verdadeiramente o dinheiro físico em caixa. Para além disso, as contas 12 de depósitos à ordem, por norma, apresentam saldo positivo ou nulo. No entanto, é possível que se verifiquem saldos credores. Nesta situação, deve verificar-se se este saldo se refere a uma conta corrente caucionada ou descoberto autorizado, que devem ser refletidos na subclasse 25.

O saldo de clientes apresentado na conta 21 deve estar sempre a débito, caso contrário, devem procurar-se as divergências. Contrariamente, o saldo de fornecedores deve ser sempre credor. Se assim não se verificar deve procurar-se acertar o saldo com o fornecedor. Na Cingel costumam efetuar-se picagens trimestrais entre os extratos

solicitados aos fornecedores por email e o extrato da contabilidade para se conseguirem ter os saldos o melhor atualizados possível.

Ainda, a conta 23 referente ao pessoal deve estar sempre credora ou saldada. Perante saldos credores deve verificar-se com o cliente se os salários processados foram efetivamente pagos, saindo do banco no mês seguinte ou se algum ficou pendente de pagamento. Não obstante, a conta 24, referente ao Estado e outros entes públicos deve estar sempre em concordância com o portal das finanças e portal da segurança social. Em particular, o saldo a conta 243 é sempre verificado no momento de apuramento de IVA.

De igual modo, devem ser analisadas no balancete as subcontas da conta 25 – Financiamentos obtidos - para comparar os saldos com os registados no Banco de Portugal. O portal eletrónico do Banco de Portugal disponibiliza mensalmente um mapa de responsabilidades de crédito em que se registam os valores já amortizados relativos a financiamentos obtidos. Estes valores são comparados com os saldos das subcontas da conta 25. Num cenário de desequilíbrio entre o saldo da contabilidade com os valores registados no Banco de Portugal, deve averiguar-se a diferença e retificar o registo contabilístico efetuado.

Já na classe 3, as contas 311 e 312 referentes a compras devem estar sempre a débito, contrariamente às contas 317 e 318 referentes a descontos e devoluções de compras. É muito importante analisar se a empresa está obrigada a manter inventário permanente, o que obriga a reconhecer o custo da mercadoria vendida e matéria consumida na conta 61.

Deve verificar-se também se não existiram lançamentos de imobilizado na classe 4 relativos a ativos que não possuam ficha e não estejam inseridos no mapa de imobilizado da empresa. Existindo movimentos de imobilizado deve criar-se a ficha do ativo e atualizar-se o mapa de imobilizado. Ainda referente a esta classe, deve conferir-se o lançamento das amortizações e depreciações utilizando o balancete da conta 64 - Gastos de depreciação e amortização e o balancete das contas 438 – Depreciações acumuladas e 448 – Amortizações acumuladas. Do programa contabilístico extrai-se uma análise detalhada de ativos que contém o total de depreciações acumuladas de períodos anteriores por grupo de ativos. Para cada grupo de ativos soma-se o respetivo saldo do balancete das subcontas da conta 64, devendo este resultado ser igual ao valor em saldo acumulado inscrito nas subcontas da conta 438 e 448.

As contas da classe 6 – gastos- devem apresentar sempre um saldo final devedor, em oposição às contas de rendimento que devem apresentar saldo credor. Existindo incompatibilidades a esta regra geral, devem analisar-se os movimentos do período e

corrigir os erros identificados. Ainda sobre a classe 7, é fundamental a conferência do saldo do período das contas 71 – Vendas ou 72 – Prestações de serviços, e 2433 – Iva liquidado e 24341 - IVA Regularizações a favor da empresa. Todos os meses o saldo do período destas contas deve ser igual ao valor das vendas e IVA comunicados à Autoridade Tributária no ficheiro *Standard Audit File for Tax Purposes – Portuguese version* (SAFT-PT). Para o efeito, deve consultar-se o total mensal de faturação emitida e entregue neste ficheiro e compará-lo com o saldo do período das subcontas da conta 71 ou 72. O mesmo se aplica para o IVA. Podem existir diferenças de valores residuais que devem ser ajustadas numa operação diversa para que o saldo do balancete se torne equivalente ao saldo de vendas ou prestações de serviços e de IVA registados na Autoridade Tributária. No caso de existirem diferenças muito significativas, estas devem ser analisadas para perceber se se devem a algum erro de integração do ficheiro SAFT-PT no programa contabilístico ou a algum erro de lançamento manual.

O balancete e outros documentos necessários a estas conferências são impressos e conferidos manualmente, devendo ser posteriormente arquivadas as conferências no programa FileDoc.

4.6 Obrigações Fiscais

As obrigações fiscais podem vistas como deveres de conduta previstos legalmente que constituem parte integrante da vida das organizações. Estas condicionam o dia a dia das empresas e não podem ser dissociadas dos seus objetivos, uma vez que para atingir os objetivos é fundamental que as empresas se mantenham em conformidade com a legislação vigente (Machado, 2018).

Desde o momento em que são constituídas até à sua extinção, as empresas são sujeitas a obrigações fiscais como o envio de declarações e ficheiros ou o pagamento de taxas e impostos dentro de prazos estabelecidos pelo Estado (E-Portugal, 2024).

4.6.1 Envio do ficheiro SAFT

Conforme estabelecido pela Portaria n.º321-A/2007 de 26 de março, todos os sujeitos passivos de IRC que mantenham contabilidade organizada e realizem atividades comerciais, industriais ou agrícolas são obrigados à comunicação do ficheiro SAFT-PT.

O Ficheiro *Standard Audit File for Tax Purposes* (SAFT) é um ficheiro padrão, em linguagem XML, que permite exportar documentos de um determinado período fiscal para comunicação à Autoridade Tributária. O SAFT inclui

toda a informação relativa a faturas, notas de crédito ou débito, recibos, orçamentos, notas de encomenda e outros tipos de documentos emitidos durante determinado período pela entidade. Este ficheiro é utilizado para comunicar a informação proveniente dos sistemas de faturação e contabilidade à Autoridade Tributária e deve ser entregue até ao 5º dia do mês seguinte ao qual diz respeito.

Na Cingel, a obrigação de envio do ficheiro SAFT recai, em alguns casos, sobre o responsável pela contabilidade, quando tal for contratualizado com o cliente. Assim, no início do mês seguinte os clientes enviam por email o ficheiro SAFT do mês anterior para que o colaborador responsável pela empresa possa submeter o ficheiro atempadamente. Em primeiro lugar, este ficheiro é arquivado numa pasta eletrónica acessível a todos os colaboradores Cingel designada de “Comunicação mensal à AT” que está subdividida pelos meses do ano e contém os ficheiros SAFT de todos os clientes da Cingel. De seguida, procede-se à submissão no Portal das Finanças, na secção de emitente do E-Fatura. Inicialmente, deve seleccionar-se o mês ao qual o SAFT diz respeito e inserir o ficheiro para posterior validação e submissão. Após a submissão, o portal das Finanças gera um ficheiro resumo que deve ser arquivado digitalmente no programa Filedoc, para que a todo o momento se consiga confirmar que o ficheiro foi enviado dentro do prazo estabelecido.

4.6.2 Preenchimento da declaração periódica de IVA

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é um imposto indireto aplicado às transmissões, importações e aquisições intracomunitárias de bens e serviços realizadas em Portugal, tal como descreve o Artigo 1, n.º 1 do Código do IVA (CIVA).

De acordo com o Artigo 2º deste código os sujeitos passivos de IVA são todos os que estão obrigados a cobrar, liquidar e entregar IVA ao Estado. Encontram-se neste quadro as entidades que realizam atividades económicas de forma regular e independente, nomeadamente atividades de produção, comércio e prestações de serviços, como é o caso dos clientes com quem a Cingel trabalha.

A entrega da declaração periódica de IVA deve ser feita até ao vigésimo dia do segundo mês seguinte ao período de tributação a que a declaração diz respeito. Na Cingel existem clientes em regime de IVA mensal que devem efetuar o pagamento do IVA mensalmente com base nas suas vendas e compras realizadas no mês anterior. Existem ainda empresas em regime trimestral cujo volume de negócios do ano anterior não

excedeu os 650.000€. Neste caso, o pagamento do IVA é feito de três em três meses e é calculado com base nas operações do trimestre anterior (Artigo 41º n.º1 do CIVA).

É importante salientar que no momento de lançamento dos documentos contabilísticos das compras e gastos do período deve ter-se muita atenção ao tipo de operações que conferem o direito à dedução de IVA e às exclusões desse direito previstas nos Artigos 20º e 21º do Código do IVA.

Antes de começar a preencher a declaração de IVA é necessário verificar algumas situações. Em primeiro lugar, deve confirmar-se se o balancete analítico acumulado das contas 243 a 2439 referente ao período anterior se encontra saldado e se o valor de apuramento do programa contabilístico continua igual ao valor da declaração precedente. Este procedimento é feito para verificar se, por engano, existiram documentos lançados em períodos anteriores após a entrega da declaração.

De seguida, é importante conferir o valor de IVA das vendas e prestações de serviços, isto é, o IVA liquidado e regularizado registado nas contas 2433 e 24341. No balancete analítico do período, a diferença de saldos inscritos nestas contas deve ser igual ao valor enviado no SAFT do período, a observar no portal das finanças. No caso do regime trimestral, somam-se os valores de IVA do trimestre, de forma a verificar se os saldos entre a contabilidade e os SAFT são iguais. Como as vendas são corrigidas mensalmente para o valor do SAFT, não devem existir diferenças entre saldos.

Também se conferem as compras e gastos comparando os valores da base de incidência inscritos nas classes 3 - Compras, 4 – Investimentos e 6 – Gastos, com os valores registados na 2432 – IVA dedutível e 24342 – Regularizações. Esta conferência é feita tendo por base os balancetes destas contas, calculando os valores da base de incidência de IVA e comparando-os com os saldos inscritos na classe 3, 4 e 6. Este procedimento só é possível porque o plano de contas de cada cliente subdivide as contas de valor tributável consoante as taxas de IVA a aplicar, conforme o Artigo 18º do CIVA. Se existirem desvios muito significativos devem ser analisadas e corrigidas as diferenças.

Depois de conferidas as vendas e as compras, são reunidas condições para preencher a declaração de IVA no Portal das Finanças, começando com o preenchimento dos dados da empresa e período ao qual respeita a declaração, no Quadro 01 e 02, respetivamente. Por sua vez, os Quadros 03 a 05 devem ser preenchidos consoante a existência ou não de operações sujeitas a IVA e a sua localização.

Já no Quadro 06, nos campos 1,5 e 3 deve constar o valor tributável das operações em que se liquidou imposto, subdividindo-o pelas respetivas taxas. Nos campos 2, 6 e 4

deve refletir-se o valor do imposto liquidado. Estes campos devem ser o espelho dos saldos do período das contas 71 – vendas, 72- Prestações de serviços e 2433 – IVA liquidado.

Do mesmo modo, também é necessário inscrever o valor do IVA dedutível, consoante a sua taxa, nos campos 20 a 24. Como o plano de contas já divide o imposto consoante a sua taxa e tipo de operação, o preenchimento destes campos torna-se mais fácil. Assim, no campo 20 teremos o IVA total referente a Imobilizado, nos campos 21 a 23 o IVA dedutível referente a inventários consoante a taxa de imposto e, finalmente, no campo 24 o IVA dedutível da aquisição de outros bens e serviços.

Para além do imposto liquidado e dedutível, também deve ser preenchido o valor respeitante a regularizações de IVA no período. Portanto, há que inserir na declaração o montante de IVA que consta nas notas de crédito. No caso de notas de crédito de fornecedores o valor do IVA é inscrito no campo 41, a favor do estado. Por sua vez, as notas de crédito emitidas a clientes devem ser mencionadas no campo 40, regularizações a favor do sujeito passivo. É também necessário preencher os anexos ao campo 40 e 41, em que se faz a descrição mais detalhada dos documentos inscritos nestes campos em termos de base de incidência, valor do imposto, data e números de contribuinte.

Posto isto, o valor final apurado na declaração a receber ou pagar deve ser igual ao valor apurado pela contabilidade saldando todas as contas de IVA liquidado, dedutível e regularizações do período da declaração. Feitos todos estes procedimentos, grava-se no programa contabilístico o lançamento de apuramento do IVA e imprime-se uma cópia a anexar no dossier do cliente em conjunto com a impressão dos balancetes. No portal das Finanças procede-se à validação da declaração e à sua entrega, anexando sempre uma cópia no Programa FileDoc em conjunto com as conferências. Por último, se daqui resultar IVA a pagar, extrai-se no mesmo portal o documento de pagamento para entrega eletrónica ao cliente.

4.6.3 Declarações anuais

Para além da entrega da declaração periódica de IVA, o calendário fiscal português também determina a entrega de declarações de caráter anual como a declaração Modelo 10 e a declaração Modelo 22.

A declaração Modelo 10 tem como objetivo comunicar à Autoridade Tributária os rendimentos anuais sujeitos a retenção na fonte de Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC),

isentos e não sujeitos, que não estejam incluídos na declaração mensal de remunerações, bem como o montante das respetivas retenções. Assim sendo, o sujeito passivo de IRS ou IRC, residente em território nacional é obrigado a entregar esta declaração até ao dia 10 de fevereiro do ano seguinte ao que a mesma diz respeito, segundo a Portaria n.º 4/2024, de 3 de janeiro.

Antes da entrega da Modelo 10 devem verificar-se os documentos comprovativos das retenções efetuadas a bem de se inserirem os totais das importâncias retidas no Quadro 4 e preencher a relação aos titulares do rendimento no Quadro 5. Este quadro irá conter informação sobre a identificação da pessoa singular ou coletiva pelo seu contribuinte, os rendimentos sujeitos a imposto, o tipo de rendimento, o local onde é efetuada a retenção e, finalmente, o valor da retenção.

A Modelo 22 é outra das obrigações fiscais às quais as empresas estão sujeitas em Portugal. É através desta declaração, de periodicidade anual e referente ao período de tributação anterior, que é calculado o lucro tributável e o imposto a ser pago ou reembolsado em sede de IRC. Esta declaração, regra geral, deve ser preenchida e entregue até ao último dia do mês de maio, consoante o disposto no Artigo 120º n.º 1 do Código do IRC. Contudo, o n.º 2 do mesmo artigo explica que para empresas em que o período de tributação não corresponda ao ano civil, esta pode ser entregue até ao último dia do mês seguinte à data de termo desse período. Excecionalmente, em 2024 o prazo estende-se até 15 de julho de acordo com o Despacho n.º 176/2024 de 10 de janeiro.

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, calcula-se com base no lucro tributável das empresas. Este lucro tributável, ao qual incide a respetiva taxa de IRC, é determinado acrescentando ou deduzindo as variações patrimoniais positivas ou negativas e correções fiscais ao resultado líquido do período obtido na contabilidade.

Na Cingel, todos os anos é preparada uma pasta de fecho por cliente que resume o ano contabilístico da empresa. Cada separador desta pasta fornece informação particular sobre estas variações patrimoniais e correções fiscais que influenciam o lucro tributável, o que contribui significativamente para o preenchimento da Modelo 22. Nesta pasta encontram-se extratos das contas da contabilidade que representam correções fiscais e cópias dos respetivos documentos para posterior consulta. As correções fiscais mais comuns costumam ser despesas não documentadas, encargos não devidamente documentados ou multas a acrescer ao resultado líquido contabilístico.

Para além disso, a pasta de fecho contém também os extratos e documentos comprovativos sobre prejuízos fiscais a deduzir, benefícios fiscais a acrescer, retenções

na fonte, operações sujeitas a tributação autónoma, e outros que concorrem para o apuramento do imposto a pagar ou receber.

Com o auxílio desta pasta de fecho o trabalho de preenchimento deste modelo é simplificado e muito mais organizado, estando sempre disponíveis os seus documentos de suporte. Ainda assim, é muito importante que os lançamentos contabilísticos sejam corretamente efetuados de acordo com o previsto no Código do IRC relativamente a este tipo de operações que influenciam o lucro contabilístico, para que se consiga apurar o montante de imposto a pagar ou recuperar com fiabilidade.

Na Cingel também são elaboradas outras declarações fiscais como a IES ou a Modelo 3 de IRS. Contudo acredito que a participação nestas não foi tão evidente, ao contrário da Modelo 10 e Modelo 22, em que a contribuição de algumas tarefas desempenhadas neste estágio como o lançamento contabilístico e auxílio na preparação da pasta de fecho foram essenciais.

Em suma, verifica-se que a classificação, lançamento e arquivo da documentação são tarefas muito importantes da prática contabilística, cujo objetivo é assegurar a transparência, confiabilidade e eficácia de todo o processo contabilístico das empresas clientes. Não obstante, também se salientam a conferência de bancos, do E-fatura e do balancete como práticas de controlo interno com um contributo direto para a identificação de erros e sua conseqüente correção, a fim de espelhar o verdadeiro efeito das operações contabilísticas no resultado das empresas. Por último, destacam-se igualmente o envio do ficheiro SAFT, o preenchimento da declaração de IVA e de outras declarações como uma forma de dar resposta às exigências do Estado Português em matéria fiscal e legal, fornecer informação sobre as empresas e evitar penalidades.

CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO

Este capítulo tem como objetivo fornecer uma visão refletiva sobre a experiência de estágio através da análise crítica à entidade de acolhimento e das atividades desenvolvidas, destacando a sua relação com os conhecimentos adquiridos ao longo da licenciatura e mestrado.

5.1 Análise crítica à entidade

O primeiro contacto com a realidade laboral é um marco significativo na vida de todos os indivíduos porque representa uma grande oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Este estágio realizado na Cingel Atlântico, com duração de um ano, não foi a minha primeira experiência no universo empresarial, mas foi decerto a mais desafiante. Até então, tinha realizado alguns estágios que, por serem de curta duração, nunca me permitiram fazer uso pleno dos conhecimentos adquiridos na minha formação académica.

De acordo com Carvalho e Rua (2017), o processo de acolhimento e integração de novos colaboradores desempenha um papel fundamental na socialização dentro de uma empresa porque permite que o colaborador se apresente à organização, e ainda, que este aprenda sobre a empresa proporcionando-lhe informação sobre a sua cultura, procedimentos e regras e definição de responsabilidades.

No primeiro dia de estágio tive a oportunidade de conhecer todas as colegas do escritório da Praia da Vitória e, remotamente, alguns colaboradores da Maceira, também estagiários, que partilharam comigo este processo de acolhimento e integração na Cingel.

Na reunião remota pudemos conhecer algumas regras de funcionamento da empresa e aspetos gerais relacionados com os seus valores e cultura organizacional. Outra parte deste processo foi a apresentação do espaço de trabalho pelas colegas de escritório, que prontamente me orientaram nas minhas funções e auxiliaram a superar todas as dificuldades. Todos os colegas Cingel, foram incrivelmente prestáveis desde o início deste estágio, o que facilitou muito a minha integração na empresa.

Muitas empresas utilizam a análise SWOT como uma ferramenta de planeamento estratégico e gestão empresarial que permite tomar decisões e formular estratégias que conduzam à maximização das oportunidades e minimização das ameaças do ambiente externo à empresa, considerando os seus pontos fortes e fracos em diferentes cenários empresariais (Teixeira, 2011). A análise SWOT – *strengths* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades), *threats* (ameaças) – tem como objetivo

identificar fatores internos e externos que afetam o desempenho da empresa com vista a implementar estratégias de melhoria que permitam melhorar a sua competitividade e capacidade de adaptação às mudanças do mercado (Namugenyi *et al.*, 2019).

Na Figura 6, está espelhada a análise SWOT realizada à Cingel Atlântico, numa visão interna e externa à empresa, onde são evidenciados respetivamente os seus pontos fortes e fracos e oportunidades e ameaças. O objetivo desta análise é perceber como a Cingel pode fazer uso dos seus pontos fortes para captar as oportunidades do mercado e como pode minimizar as ameaças e reduzir os efeitos nocivos dos seus pontos fracos.

Figura 6. Análise SWOT à Cingel Atlântico - Informação e Gestão, Lda.

	<u>Pontos Fortes</u>	<u>Pontos Fracos</u>
<u>Análise Interna</u>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adaptação ao mercado e necessidades do consumidor; ▪ Atuação em diversos mercados geográficos; ▪ Carteira de produtos diversificada e de qualidade; ▪ Conhecimento técnico especializado; ▪ Foco no atendimento personalizado ao cliente; ▪ Relacionamento sólido com o cliente; ▪ Boa reputação no mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dependência de tecnologia; ▪ Custos elevados com tecnologia e formação; ▪ Limitação de espaço de escritório nas ilhas.
	<u>Oportunidades</u>	<u>Ameaças</u>
<u>Análise externa</u>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversificação de serviços; ▪ Maior procura nos Açores e Madeira; ▪ Automatização dos processos; ▪ Diversificação geográfica. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mudanças constantes da legislação; ▪ Entrada de novos concorrentes; ▪ Crises económicas; ▪ Forte concorrência; ▪ Riscos de segurança cibernética; ▪ Clientes que optam por contabilidade interna; ▪ Forte concorrência com base no preço.

Segundo Namugenyi *et al.* (2019) os pontos fortes ou forças são fatores positivos das empresas, isto é, capacidades internas ou vantagens competitivas que contribuem para que a empresa atinja os seus objetivos e sirva os seus clientes de forma eficiente.

Enquanto pontos fortes da Cingel, destacam-se a sua capacidade de adaptação ao mercado e às necessidades do consumidor. A expansão geográfica do grupo e o aumento da sua carteira de produtos de qualidade, que vão de encontro a necessidades emergentes

do consumidor, são um grande exemplo desta capacidade de mudança e preocupação com o cliente. Por outro lado, o conhecimento técnico especializado que a Cingel proporciona aos seus colaboradores é, efetivamente, um ponto forte a salientar, na medida em que permite um melhor aconselhamento ao cliente em diversos cenários empresariais, permitindo assim um atendimento personalizado.

Não menos importante, destaca-se a sua reputação no mercado. A Cingel é vista como um parceiro de negócio pelos seus clientes, o que possibilitou a longevidade deste grupo durante os últimos 35 anos da sua existência. Este relacionamento sólido com o cliente levou a que o nome do grupo fosse levado a outras empresas que se tornaram posteriormente clientes Cingel.

Contrariamente, as forças ou pontos fortes constituem limitações internas da empresa que prejudicam a performance organizacional e a sua posição no mercado (Fernandes, 2012).

A dependência da tecnologia é, de facto, um ponto fraco existente na Cingel, uma vez que atualmente o trabalho do contabilista depende, sobretudo, de programas de computador. A inoperacionalidade dos equipamentos de impressão, internet, rede telefónica e softwares de lançamento contabilístico, prejudica enormemente a produtividade do contabilista e pode até impedir o cumprimento de prazos legais. Por este motivo, também se destaca enquanto fraqueza o custo elevado com tecnologia de forma a assegurar a operacionalidade de toda a ligação Cingel e dos programas utilizados.

É de salientar também o custo elevado com formação dos colaboradores. Na Cingel é uma grande preocupação manter os seus colaboradores atualizados e desenvolver as competências necessárias ao desempenho das suas funções e alcance dos objetivos do grupo. Por último, a limitação de espaço de escritório na Praia da Vitória pode também constituir um ponto fraco na Cingel porque é necessário investir algum tempo de trabalho a organizar o espaço disponível.

Segundo Benzaghta *et al.* (2021), as oportunidades da análise SWOT são vistas como fatores externos à empresa que podem ser estrategicamente aproveitados para auxiliar na realização dos objetivos organizacionais e conferir vantagem competitiva, contribuindo para o sucesso a longo prazo da organização.

Enquanto oportunidades, a Cingel poderá fazer uso da maior procura nos arquipélagos para expandir as suas operações e instalações de modo a conseguir captar mais clientes. Cada vez mais o cliente procura empresas de contabilidade que não se limitem apenas a

fazer contabilidade, mas que consigam apoiar estrategicamente nas decisões de gestão. Nos arquipélagos ainda são poucas as empresas que oferecem este tipo de serviço.

Também se destaca como oportunidade para a Cingel a diversificação de serviços no âmbito da auditoria por exemplo, para outros clientes cuja contabilidade não seja feita pela Cingel.

A automatização dos processos também é uma oportunidade emergente para o Grupo porque permite que as operações sejam executadas de forma mais rápida e eficiente, o que resulta numa maior produtividade e redução de custos. Outra vantagem é a garantia de precisão e qualidade dos processos, uma vez que se elimina a possibilidade de erro humano. Alguns dos processos que poderiam ser automatizados pela Cingel são a conciliação e reconciliação bancária ou a emissão de relatórios de análise contabilística.

A diversificação geográfica também é, de facto, uma oportunidade a explorar, uma vez que há possibilidade de expandir as operações para outras ilhas, outras zonas de Portugal continental e ainda outros países cujo normativo seja semelhante ao português numa fase inicial.

Por outro lado, as ameaças correspondem a fatores negativos externos à organização que podem dificultar ou atrasar a concretização dos objetivos da organização. Tanto as oportunidades como as ameaças são fatores que não dependem da organização e são, por isso, chamados de fatores ambientais (Namugenyi *et al.*, 2019).

Uma importante ameaça a todas as empresas de contabilidade é a mudança constante de legislação. Esta requer uma constante atualização dos recursos humanos e implica custos elevados com formação de modo a cumprir com a lei e evitar eventuais penalizações. As crises económicas são também uma ameaça para as empresas de contabilidade, pois muitos clientes em dificuldade podem ser obrigados a reduzir os custos com o serviço contabilístico, o que pode diminuir a carteira de clientes da Cingel.

A forte concorrência no setor, especialmente com base no preço, também é um constante desafio a superar, já que a Cingel disputa os mesmos clientes, mas pratica um preço superior à maioria das empresas de contabilidade. Por este motivo há uma grande pressão sobre a qualidade do serviço prestado.

Há também um elevado risco relacionado com a proteção de dados pois as empresas de contabilidade trabalham diariamente com informações confidenciais dos clientes, o que as torna alvo de possíveis ataques informáticos. A violação destes dados pode implicar a perda de confiança do cliente e consequentes danos na imagem da empresa. É importante manter políticas empresarias de combate a estes ataques.

Outro inconveniente poderá ser o facto de alguns clientes optarem por contabilidade interna. É natural que, considerando o crescimento de alguns clientes, sintam a necessidade de ter profissionais de contabilidade interna, deixando de requerer os serviços da Cingel.

5.2 Análise crítica às atividades desenvolvidas

Neste subcapítulo o objetivo é realizar uma apreciação crítica às atividades desenvolvidas no decurso do estágio, compartilhando reflexões pessoais relativamente às competências adquiridas, desafios enfrentados no exercer das funções e vantagens e desvantagens da realização destas tarefas.

5.2.1 Análise crítica à receção dos documentos

A receção dos documentos contabilísticos na Cingel é um processo por vezes moroso, mas necessário para assegurar a exatidão e integridade das informações financeiras das empresas clientes.

Como já referido, todos os documentos são carimbados de acordo com a sua data de receção. Este procedimento é bastante simples e não apresenta qualquer tipo de dificuldade, mas é demorado quando são entregues muitos documentos. Independentemente do tempo gasto nesta tarefa, a receção da documentação está em concordância com as necessidades da Cingel e dos seus clientes.

O carimbo da data de receção é de extrema importância para garantir a inexistência de discrepâncias e manipulações das datas de entrada dos documentos e verificar se existiram atrasos significativos entre a data de receção e o seu processamento. Deste modo, o carimbo funciona como uma prova de receção que pode ser útil em caso de eventuais reclamações do cliente e na monitorização do fluxo de trabalho. Esta prova também confirma se os clientes entregaram a documentação necessária ao cumprimento dos prazos legais para que se possam apurar responsabilidades em caso de incumprimento das obrigações.

Deste modo, o processo de receção adotado pela Cingel colabora não só, para eficácia e rapidez do processamento das informações financeiras, como também para a transparência e segurança do serviço prestado ao cliente.

5.2.2 Análise crítica à preparação, organização e arquivo dos documentos

A preparação, organização e arquivo dos documentos são também tarefas fundamentais desempenhadas na Cingel, mas que consomem muito tempo quando o volume de documentos entregue pelo cliente é elevado.

Colar os comprovativos de pagamento nas faturas ou os documentos mais pequenos em novas folhas de papel é um processo necessário para assegurar a integridade física dos documentos e preservar as suas informações. A maioria das empresas que prestam serviços de contabilidade não têm por hábito preparar os documentos desta forma. Muitas das vezes são utilizados agrafos para anexar os comprovativos de pagamento à fatura, que podem facilmente rasgar o documento e levar ao seu extravio. É para garantir que isto não aconteça que na Cingel os documentos são colados de modo a ficarem devidamente agregados às faturas. O mesmo acontece para documentos mais pequenos, como faturas, talões de depósito e outros que, dada a sua dimensão, podem facilmente misturar-se com outros documentos e levar ao seu desaparecimento. Por outro lado, sem colar estes documentos em novas folhas, teriam de se furar os documentos para os anexar no dossier, o que pode omitir alguns dos seus caracteres e levar à perda de informação financeira.

Ainda, a utilização do agrafos pode manchar os documentos com o passar do tempo e criar um dossier muito volumoso sem que exista essa necessidade, impedindo que os documentos do mês consigam ser arquivados numa só pasta. Por estes motivos, a preparação dos documentos na Cingel, apesar de ser uma tarefa demorada, é uma prática cautelosa que contribui para uma melhor organização e arquivo.

Além disso, as tarefas de organização e arquivo são também adequadas às necessidades da empresa e ao espaço de arquivo existente no escritório. A separação dos documentos por mês, data de emissão e, no caso de fornecedores, por ordem alfabética, diminui consideravelmente o tempo consumido na consulta de um documento. Também, a divisão em diários permite a concordância entre o software contabilístico e o seu documento de prova. Com estes procedimentos podemos mais facilmente verificar se existem documentos entregues em duplicado e permitir o acesso rápido e fácil a informações relevantes. Estas práticas de organização e arquivo são fundamentais à eficiência operacional porque facilitam o acesso e recuperação de informação quando for necessário consultar movimentos antigos.

De um modo geral, a preparação, organização e arquivo constituem a base da manutenção de registos contabilísticos precisos e viabilizam a disponibilidade dos documentos para eventuais consultas, auditorias e inspeções.

5.2.3 Análise crítica à classificação e lançamento contabilístico

A classificação e lançamento contabilístico foram as atividades mais desafiantes deste estágio, porque embora a minha formação académica fosse direcionada para a contabilidade, nunca tinha trabalhado diretamente com esta área. Na universidade obtive os conhecimentos base da contabilidade, mas neste estágio aprendi que cada cliente tem as suas particularidades que devem ser consideradas individualmente.

A principal dificuldade da classificação é fazer a correta imputação das contas em cada movimento patrimonial. Inicialmente, este processo foi bastante exigente porque existia sempre nova informação a assimilar e a aprendizagem era constante. Outra grande dificuldade foi aprender a trabalhar com os programas contabilísticos PHC e Primavera, dada a falta de experiência na sua utilização.

De facto, a incorreta classificação e lançamento contabilístico pode distorcer os resultados de uma empresa e comprometer a tomada de decisão dos seus gestores, por isso existe sempre muita pressão na classificação dos documentos de acordo com os princípios e normativo contabilístico português. Todas as colegas de trabalho foram sempre muito prestáveis durante este processo e responderam a todas as questões para que pudesse sempre aprender com as falhas.

Este processo é um pouco cansativo porque se torna rotineiro e demorado, portanto é necessária especial atenção. Não menos importante, é de salientar que a identificação interna dos lançamentos com o mês e número de lançamento é fundamental para a correspondência entre os documentos físicos e os lançamentos efetuados no programa. Esta é sempre muito útil na identificação de erros contabilísticos e localização de documentos.

5.2.4 Análise crítica aos procedimentos de controlo interno

De um modo geral, não se evidenciam grandes dificuldades na realização dos procedimentos de controlo interno na Cingel. Estes processos foram desenvolvidos com autonomia uma vez que são bastante rotineiros e realizados mensalmente para cada cliente, por isso foram-se tornando cada vez mais fáceis com a sua utilização.

A conferência e reconciliação bancária é bastante demorada quando existem várias contas bancárias por cliente e, especialmente, quando os saldos não se apresentarem iguais no final da reconciliação. É comum que a reconciliação não esteja certa devido a lançamentos duplicados ou alterações de movimentos em meses anteriores que, por lapso, não foram considerados na reconciliação anterior. Embora seja uma tarefa morosa é

necessária para identificar erros de lançamento, duplicação de registos, omissão de lançamentos ou a imputação a bancos errados.

Por outro lado, a conferência mensal do E-Fatura é também uma importante tarefa de controlo interno pois permite que se contabilizem o máximo possível de documentos de fornecedores, de modo que o resultado no final do período seja o mais real possível. Nesta conferência podem existir alguns erros quando tenhamos valores no extrato do programa idênticos aos do E-Fatura mas que correspondam a documentos diferentes. Por este motivo, é necessário verificar sempre o número dos documentos para garantir que correspondem aos valores picados na listagem. Nesta conferência deve existir sempre um cuidado redobrado para evitar este tipo de erros e produzir uma listagem de pendentes precisa. Tal também implica muita atenção na eliminação de pendentes já lançados e inclusão de novos pendentes.

Quanto à conferência das vendas e do Banco de Portugal, são práticas de controlo interno bastante rápidas e fáceis de implementar, porque só implicam a comparação do balancete com os dados fornecidos pela Autoridade Tributária e Banco de Portugal. As eventuais discrepâncias são normalmente fáceis de identificar e corrigir, por isso não foi uma atividade na qual se notasse muita dificuldade.

No que respeita à conferência de imobilizado, também foi um processo bastante simples e rápido que nunca gerou grandes erros. Como as depreciações são lançadas de acordo com os cálculos automatizados pelos programas, a conferência por norma está sempre em conformidade.

Por último, a conferência das restantes contas do balancete não apresenta grandes dificuldades, mas requer algum sentido crítico por parte do analista para que rapidamente se identifiquem possíveis inconsistências no relato da informação contabilística.

Em suma, é possível verificar que os procedimentos de controlo interno implementados na Cingel são fundamentais para garantir a confiança do cliente no serviço prestado e principalmente para garantir que o registo contabilístico está em conformidade com os dados apresentados pelas autoridades competentes do Estado. À vista disso, estas práticas estão de acordo com o rigor inerente ao Grupo Cingel e com os seus objetivos ao nível da eficiência das operações.

5.2.5 Análise crítica às obrigações fiscais

O cumprimento das obrigações legais e fiscais é fundamental ao bom funcionamento de qualquer empresa pois, não só garante a sua regularidade perante a lei, como também contribui para a transparência e credibilidade dos negócios.

Não existiram grandes dificuldades relativamente ao envio do ficheiro SAFT no portal das Finanças, uma vez que o procedimento de envio é bastante simples e por norma não apresenta erros de validação. Contudo, há que ter muita atenção para não escolher erradamente o ficheiro de outra empresa uma vez que os ficheiros SAFT de todos os clientes se encontram arquivados na mesma pasta. Ainda, há que confirmar sempre com o cliente se podemos proceder ao envio do SAFT quando é nossa responsabilidade extraí-lo do programa contabilístico, para que não fiquem lançados documentos após a entrega do SAFT.

Já o procedimento de preenchimento da declaração periódica do IVA é mais complexo, porque requer muita concentração na verificação de todos os saldos dos balancetes. Este processo pode ser bastante desafiante, especialmente no momento de conferência e correção dos montantes de base tributável e imposto quando existam desvios muito significativos. Por vezes, pode ser muito difícil identificar os erros de lançamento associados a estes desvios, mas esta conferência é muito importante para a análise detalhada de cada conta de IVA e correta contabilização das operações. Por outro lado, a declaração de IVA pode ser distorcida apenas por um erro de digitação, como tal, é necessário consumir algum tempo a verificar o preenchimento de todos os campos. Contudo, o preenchimento da declaração eletrónica de IVA pode ser otimizado com a prática e atenção aos detalhes, quer no lançamento contabilístico, quer no preenchimento de todos os campos. É precisamente por isto que a responsabilidade de conferência do IVA e preenchimento da declaração só é transmitida aos novos colaboradores após alguns meses de prática em lançamento contabilístico para que o conhecimento sobre o Código do IVA seja mais desenvolvido.

5.3. Aplicação de conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e mestrado

Este estágio na Cingel possibilitou a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos na Licenciatura em Gestão e no Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais e permitiu-me desenvolver maiores competências na área da contabilidade. Durante este

período pude vivenciar desafios constantes que não só me proporcionaram uma aprendizagem contínua e enriquecedora do mundo laboral, como também me deixaram a curiosidade de aprender mais sobre a contabilidade e fiscalidade.

Em primeiro lugar, destaca-se a temática do acolhimento e integração lecionada na unidade curricular de Recursos Humanos da Licenciatura em Gestão. Nos primeiros dias de estágio consegui sentir na pele o contributo do acolhimento e integração para o meu bem-estar e produtividade na empresa. Carvalho e Rua (2017), explicam que a integração de colaboradores pretende criar sinergias, utilizando o contributo individual do novo colaborador para o proveito coletivo, de acordo com os objetivos organizacionais. Assim, a simpatia e disponibilidade com que fui recebida pelas colegas de escritório foram muito importantes para me sentir bem-vinda na empresa e motivada a aprender mais. Na Cingel conseguimos sempre trabalhar em equipa em prol da organização.

Neste estágio também foram desenvolvidas melhores competências de comunicação, aplicando de forma prática os conteúdos abordados em Comportamento Organizacional. Nesta unidade curricular foram discutidas as bases para a comunicação eficaz dentro de uma empresa e as formas de transmissão de informações de forma clara e objetiva. A forma como apresentei a minha opinião, sugestões ou dúvidas e adaptei a utilização dos canais de comunicação a cada situação foi fundamental para criar um ambiente de trabalho saudável e colaborativo que facilitou significativamente o alcance dos objetivos organizacionais.

Também as unidades curriculares de Contabilidade I e II da Licenciatura em Gestão se revelaram fundamentais para o desempenho deste estágio. Nestas componentes foram apresentados os vários documentos contabilísticos, as regras de movimentação das contas do Código de contas e o método de lançamento contabilístico. Já em Contabilidade e Gestão Fiscal, lecionada no Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais foram aperfeiçoados conhecimentos em matéria de lançamento contabilístico, explorando alguns casos particulares não abordados na Licenciatura em Gestão. Graças aos conteúdos abordados nestas unidades curriculares foi possível a aplicação prática dos conceitos aprendidos e a melhor compreensão da importância da organização e registo adequado das operações financeiras.

Também a unidade curricular de Análise e Relato Financeiro lecionada no mestrado foi bastante importante para as atividades desenvolvidas neste estágio. Nesta componente foram expostas detalhadamente as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, o que se revelou fundamental para a classificação e lançamento contabilístico. O conhecimento

mais pormenorizado destas normas foi essencial para perceber quais os critérios de mensuração, reconhecimento e divulgação a aplicar em cada situação.

Não menos importante, destacam-se as unidades curriculares de Fiscalidade I e II da licenciatura que foram imprescindíveis ao entendimento em profundidade da lei fiscal. A contabilidade é realizada, sobretudo, para responder às exigências do fisco. Assim sendo, conteúdos lecionados nestas unidades como a incidência objetiva e subjetiva do imposto, taxas, métodos de cálculo, prazo de entrega das declarações ou a dedutibilidade do IVA e dos gastos em sede de IRC, foram elementares para o lançamento contabilístico e entrega das declarações com rigor.

Em particular, as bases de apuramento do IVA foram lecionadas nas unidades curriculares de Contabilidade I e Fiscalidade II da Licenciatura em Gestão. Em Contabilidade I foi estudado o método de cálculo do IVA a pagar ou recuperar, saldando as contas de IVA Liquidado, IVA dedutível e IVA regularizações em contrapartida da conta de apuramento de IVA. Já, o conhecimento da incidência do imposto, taxas, operações que conferem ou não o direito de dedução, preenchimento e entrega das declarações e outras particularidades foi obtido pelo estudo do Código do IVA em Fiscalidade I e Contabilidade e Gestão Fiscal da licenciatura e mestrado, respetivamente.

A unidade curricular de Auditoria foi também muito importante para a correta realização das práticas de controlo interno. Nesta unidade curricular da licenciatura, foram tratados alguns procedimentos de controlo interno que são aplicados na Cingel. É o caso da conferência bancária, conferência de saldos de fornecedores e clientes, saldo das contas de gasto com pessoal, conferência das vendas, entre outros.

Em resumo, desta análise crítica retira-se que este estágio foi uma oportunidade valiosa de consolidar e aprimorar os conhecimentos adquiridos ao longo da minha formação académica. Na Cingel, não só consegui colocar em prática os conteúdos aprendidos ao longo destes quatro anos de estudos, como também consegui obter maior experiência na utilização de softwares contabilísticos e compreender a dinâmica e desafios do mercado de trabalho. Também se denota que a Cingel é uma empresa já bastante experiente no mercado que procura estar sempre presente para o cliente e superar a concorrência. No que respeita às atividades desenvolvidas, considero que o enriquecedor ambiente de trabalho e comunicação fluida foram essenciais para desenvolver todas as tarefas com maior facilidade e ultrapassar todos os desafios.

CAPÍTULO VI - CONCLUSÃO

Este relatório de estágio foi elaborado no âmbito do segundo ano do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade. Este estágio foi realizado na Cingel Atlântico – Informação e Gestão, LDA, ao abrigo do programa Estagiar L, sob a orientação do Prof. Doutor João Teixeira.

Durante esta experiência de estágio, não só pude desenvolver habilidades técnicas e interpessoais, como também compreender a importância do trabalho em equipa e ética profissional na área contabilística. À vista disso, este estágio foi essencial ao meu crescimento pessoal e profissional porque permitiu a consolidação e aplicação dos conhecimentos obtidos na licenciatura e mestrado.

O enquadramento teórico da contabilidade evidencia a sua evolução ao longo do tempo, acompanhando o avanço da sociedade. A contabilidade deixou de ser o mero registo dos factos patrimoniais para se tornar um importante sistema de informação responsável por registar, classificar, mensurar, analisar e interpretar dados financeiros de uma entidade. Relativamente aos diversos campos da contabilidade, entende-se que cada um possui objetivos e finalidades específicas e utiliza métodos distintos para atender às necessidades de informação dos seus diferentes utilizadores. Realça-se a contabilidade financeira como aquela que fornece uma visão clara e precisa da saúde financeira da empresa, prestando informação sobre a situação financeira e resultado das operações aos seus utilizadores externos. Verifica-se também que a normalização contabilística em Portugal se concretiza pela aplicação do Sistema de Normalização Contabilística, cujo objetivo é harmonizar a contabilidade das empresas portuguesas relativamente aos padrões internacionais de contabilidade, utilizando um conjunto de normas e orientações de registo, mensuração e reporte dos factos patrimoniais. Do mesmo modo se conclui que a Estrutura conceptual é um guia essencial para a aplicação e interpretação das normas contabilísticas do SNC que estabelece as principais diretrizes e princípios de orientação da prática contabilística, garantindo a relevância, fidedignidade e compreensibilidade da informação contida nas demonstrações financeiras.

Da caracterização da Cingel, destaca-se que esta é uma empresa que conta com 35 anos de experiência na área contabilística, tendo vindo a expandir-se geograficamente, sobretudo nos Açores. Por outro lado, também a sua preocupação com a qualidade do produto e apoio ao cliente nas suas necessidades de gestão foram um grande contributo para a sua longevidade no mercado.

No que respeita às atividades desenvolvidas, é de salientar a classificação, lançamento e arquivo da documentação como atividades fundamentais ao processo contabilístico pois estas garantem a validade, organização, conformidade e utilidade das informações financeiras para a gestão das empresas. Sublinham-se também as práticas de controlo interno como garantia da integridade e confiabilidade do registo contabilístico. O controlo interno revela-se fundamental para facilitar a identificação de erros e implementação de ações corretivas com vista à transparência na prestação de contas das empresas. Por último, é evidente que a contabilidade desempenha um papel fundamental ao cumprimento das obrigações fiscais e legais de uma empresa, pois fornece as informações financeiras necessárias ao preenchimento e envio de vários tipos de declarações e imposições legais.

Na Cingel é possível presenciar um ambiente de trabalho enriquecedor e saudável, assente numa comunicação fluída entre os diversos níveis da empresa, o que possibilitou a realização das tarefas com maior facilidade. É de salientar o facto de a Cingel estar sujeita a fatores como a dependência de tecnologia, a mudança de legislação ou a forte concorrência com base no preço que podem impactar negativamente a sua atuação. Contudo, existem oportunidades de crescimento das operações que podem facilmente ser exploradas, dada a sua reputação no mercado, conhecimento técnico especializado e rápida adaptação ao mercado e necessidades do cliente.

Neste estágio, algumas atividades desenvolvidas apresentaram-se inicialmente como desafios que foram ultrapassados rapidamente com o auxílio e apoio das colegas de escritório. Estas atividades desenvolvidas envolveram conhecimentos adquiridos em várias unidades curriculares da licenciatura e mestrado, em especial, Contabilidade I e II, Fiscalidade I e II, Auditoria, Fiscalidade Avançada, Contabilidade e Gestão Fiscal e Análise e Relato Financeiro.

Em suma, considero que esta experiência de estágio foi bastante enriquecedora, quer do ponto de vista profissional como pessoal, porque me proporcionou uma visão abrangente e prática do funcionamento de uma empresa, contribuindo para o meu crescimento pessoal e para a consolidação dos conhecimentos teóricos adquiridos durante a minha formação académica.

REFERÊNCIAS

- Abrantes, L., Alves, M. d., Coimbra, C., Cruz, I., & Quesado, P. (2023). *Contabilidade de Gestão Avançada: gestão estratégica de custos e avaliação do desempenho* (1.^a ed.). Edições Almedina, S.A.
- Ahmady, G. A., Mehrpourb, M., & Nikooraveshb, A. (2016). Organizational Structure. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 230, 455-462. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.09.057>
- Armengot, C. R., Ortiz, M. P., & Osorio, D. B. (2013). *Matriz de Crecimiento Empresarial*. Universitat Politècnica de València & Universidad Rey Juan Carlos. https://riunet.upv.es/bitstream/handle/10251/31220/matriz%20de%20crecimiento_submissionb.pdf?sequence=5
- Balcão, Y. F. (1965). Organograma: representação gráfica da estrutura. *Revista de administração de empresas*, 5 (17), 107-125. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901965000400003>
- Barringer, B. R., Greening, D. W., & Macy, G. (1996). A qualitative study of managerial challenges facing small business geographic expansion. *Journal of Business Venturing*, 11(4), 233-256. [https://doi.org/10.1016/0883-9026\(95\)00108-5](https://doi.org/10.1016/0883-9026(95)00108-5)
- Benzaghta, M. A., Elwalda, A., Erkan, I., Mohamed, M., & Rahman, M. (2021). SWOT Analysis Applications: An Integrative Literature Review. *Journal of Global Business Insight*, 6(1), 55-73. <http://dx.doi.org/10.5038/2640-6489.6.1.1148>
- Borges, A., Rodrigues, A., & Rodrigues, R. (1987). *Elementos de contabilidade geral* (7.^a ed.). Rei dos livros.
- Caiado, A. C. (2011). *Contabilidade Analítica e de Gestão* (6.^a ed.). Áreas Editora.
- Cambim, F., Ferreira, P., Lourenço, I., Lopes, A. I., Lopes, I., Magro, N., . . . Simões, A. M. (2015). *Fundamentos de Contabilidade Financeira - Teoria e Casos* (1.^a ed.). Edições Sílabo.
- Candemir, A., & Zalluhoglu, A. E. (2013). Exploring the Innovativeness and Market Orientation Through Mission and Vision Statements: The Case of Istanbul Stock Exchange Companies. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 99, 619–628. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.10.532>
- Carvalho, A., & Rua, O. (2017). *Gestão de Recursos Humanos - Abordagem das boas práticas* (1.^a ed.). Vida económica.

- Centro de ajuda TOConline. (2022, 8 de fevereiro). *Mapa de conferência e-Fatura*. <https://manual.toconline.pt/support/solutions/articles/3000110444-mapa-de-confer%C3%Aancia-e-fatura>
- Cepêda, C., Monteiro, A., Silva, A., & Soares, R. (2023). *Relato Financeiro: Demonstrações Financeiras de Finalidades Gerais* (1.ª ed.). Vida Económica.
- Código do IRC. (2024). *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas*. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/CIRC_2R/Pages/circ-codigo-do-irc-indice.aspx
- Código do IRS. (2024). *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares*. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/cirs_rep/Pages/codigo-do-irs-indice.aspx
- Código do IVA. (2024). *Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado*. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/civa_rep/Pages/codigo-do-iva-indice.aspx
- Coelho, M. M. (2019). *Contabilidade Analítica - Cálculo e análise de custos para a gestão* (1.ª ed.). Vida Económica.
- Comissão de Normalização Contabilística. (2024). *SNC - Instrumentos Contabilísticos*. https://www.cnc.min-financas.pt/siteantigo/0_new_site/SNC/sitecnc_SNC_IC.htm
- Costa, E., & Franco, P. (2006). A obrigatoriedade de conta bancária – Atenção às coimas. *Jornal de Negócios*. <https://www.occ.pt/fotos/editor2/15427722.pdf>
- Cotoc, E. A., & Traistaru, A. (2013). Archiving, Keeping Records and Financial Accounting Documents. *International Journal of Education and Research*, 1(11), 1-10.
- CRNContabilidade. (2024). *Balancetes*. <https://www.crncontabilidade.pt/servicos/balancetes>
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, Diário da República, 1.ª série, N.º 133. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/158-2009-492428>
- Decreto-Lei n.º 73/2023, de 23 de agosto, Diário da República, 1.ª série, N.º 163. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/73-2023-220219336>
- Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, Diário da República, 1.ª série - A, N.º 290. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/398/1998/p/cons/20200824/pt/html>

Despacho N.º 176/2024-XXIII, de 10 de janeiro, Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_SEAF_176_2024_XXIII.pdf

Edwards, J. R. (2014). *A history of financial accounting* (1.ª ed.). Routledge.

E-Portugal. (2024). *Cumprir obrigações*. <https://eportugal.gov.pt/inicio/espaco-empresa/guia-a-a-z/cid-0-faseneg-1-cumprir-obrigacoes->

Fernandes, B., Góis, C., Gonçalves, M., & Martins, I. (2022). *Entre a contabilidade e a história, "O suspeito do costume": Luca Pacioli*. Centro de estudos de história da contabilidade. https://www.apotec.pt/fotos/editor2/jornal/boletim_cehc76.pdf

Fernandes, D. R. (2012). Uma Visão Sobre a Análise da Matriz SWOT como Ferramenta para Elaboração da Estratégia. *Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais*, 13(2), 57-68

Fernandes, J. R., & Santos, C. G. (2016). *Contabilidade Financeira Explicada* (4.ª ed.). Vida Económica Editora.

Ferreira, A. V. (2016). Elementos de articulação: missão, visão, valores e a identidade organizacional. *Revista Eduicep*, 1 (1), 33-52.

Fitzsimmons, A. B., Heffron, E. R., & Qin, Y. S. (2022). Purpose vs mission vs vision: persuasive appeals and components in corporate statements. *Journal of Communication Management*, 26(2), 207-219. <https://doi.org/10.1108/JCOM-09-2021-0108>

Franco, V. D., & Pereira, C. A. (1987). *Contabilidade analítica* (1.ª ed.). Euroscanner.

Gomes, J., & Pires, J. (2010). *SNC- Sistema de Normalização Contabilística - Teoria e prática* (3.ª ed.). Vida Económica.

Gonçalves, A. (2009). O Sistema de Normalização Contabilística. *Revisores Auditores*, 32-45. <https://www.ag-consultores.pt/wp-content/uploads/2015/10/contabilidade.pdf>

Griffin, M. (2012). *Contabilidade e Finanças* (1.ª ed.). Editora Saraiva.

Grupo Cingel (2022). *Manual de organização*.

Grupo Cingel (2024). *Quem somos?* <https://cingel.pt/grupo-cingel/>

- Kumar, G. P. (2018). Evaluating market opportunity and delivering a successful product. *GITAM Journal of Management*, 16, 157-166.
- Machado, A. (2018). *Obrigações declarativas e contabilísticas subjacentes à atividade das empresas, na perspetiva do sujeito passivo*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/110405/2/247162.pdf>
- Monteiro, S. M. (2013). *Manual de contabilidade financeira* (1.ª ed.). Vida Económica Editora.
- Namugenyi, C., Nimmagadda, S. L., & Reiners, T. (2019). Design of a SWOT analysis model and its evaluation in diverse digital business ecosystem contexts. *Procedia Computer Science*, 159, 1145-1154 <https://doi.org/10.1016/j.procs.2019.09.283>
- Neves, J. C. (2012). *Análise e Relato Financeiro - Uma visão integrada de gestão* (5.ª ed.). Texto Editores.
- Neves, J. F. (2008). A importância de um sistema de controlo interno. *Revista Contabilista*, (99), 60-61. <https://www.calameo.com/read/0003249811a80fb11527d>
- Nogueira, S., & Ribeiro, N. (2007). Divergências entre contabilidade pública e contabilidade nacional: análise às contas da administração pública portuguesa. *Conocimiento, innovación y emprendedores: Camino al futuro*, 871-873.
- Oliver, R. W. (2001). What is strategy anyway? *Journal of Business Strategy*, 22 (6), 13-15. <https://doi.org/10.1108/eb040202>
- Ott, E. (2012). *Teoria da contabilidade* (1.ª ed.). Editora Unisinos.
- Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, Diário da República, 1.ª série, N.º 60. <https://data.dre.pt/eli/port/321-a/2007/03/26/p/dre/pt/html>
- Portaria n.º 4/2024, de 3 de janeiro, Diário da República, 1.ª série, N.º 2. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/4-2024-836079148>
- Porter, M. E. (1980). *Competitive strategy* (1.ª ed.). The Free Press.
- Santos, S. D. (2013). Funções da Contabilidade e princípio fundamental da entidade. *Revista Científica Semana Académica*.

Santos, R. J., & Saraiva, H. I. (2016). Contabilidade pública versus contabilidade privada em Portugal - análise das estruturas conceptuais. *Revista Contabilista* , 55-61. <https://bdigital.ipg.pt/dspace/bitstream/10314/3483/1/revista.pdf>

Santos, F. L. (2004). *Estratégia: Passo-a-passo* (1.^a ed.). Centro Atlântico.

Secretaria Geral da Economia. (2024). *Auditoria e controlo interno*. <https://www.sgeconomia.gov.pt/servicos-perguntas-frequentes/auditoria-e-controlo-interno.aspx>

Seelig, I., & Pradella, S. (2012). *Encontro nacional de estudantes de secretariado: Vol. 1. Organização dos documentos ou organização da informação: uma questão de escolha*. UNIFAP.

Soares, J. C. (2010). *Sistema de Normalização Contabilística - Questões e casos práticos* (1.^a ed.). Plátano Editora.

Spiteri, S. (2020). *Financial Accounting: From Its Basics to Financial Reporting and Analysis* (1. ^aed.). Cambridge Scholars Publishing.

Teixeira, S. (2011). *Gestão das Organizações* (2.^a ed.). Mc Graw- Hill.

Ordem dos contabilistas certificados (2016). *Manual de contabilidade assistida*. https://www.occ.pt/fotos/editor2/toconline/20160303_Manual_de_Contabilidade.pdf

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Economia e Gestão

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal



2024

RE

O desenvolvimento da atividade contabilística na empresa Cingel Atlântico

Lénia Borges Meneses